



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

LAYZA CARLA ALVES DE ALMEIDA CORREIA
LUCIENE DA SILVA ROSA

Violências contra mulheres: Debate, Conquistas e Desafios

Recife
2023

LAYZA CARLA ALVES DE ALMEIDA CORREIA
LUCIENE DA SILVA ROSA

Violências contra mulheres: Debate, Conquistas e Desafios

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito parcial
para obtenção do título de Título de Bacharel
em Serviço Social.

Orientadora: Delaine Cavalcanti Santana de Melo.

Recife
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Correia, Layza Carla Alves de Almeida.

Violências contra mulheres: Debate, Conquistas e Desafios / Layza Carla
Alves de Almeida Correia, Luciene da Silva Rosa. - Recife, 2023.
93 : il., tab.

Orientador(a): Delaine Cavalcanti Santana de Melo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social -
Bacharelado, 2023.

1. Violências Contra as Mulheres. 2. Patriarcado-capitalismo. 3. Lei Maria
da Penha. 4. Rede de enfrentamento. 5. Políticas Públicas. I. Rosa, Luciene da
Silva. II. Melo, Delaine Cavalcanti Santana de . (Orientação). III. Título.

300 CDD (22.ed.)

LAYZA CARLA ALVES DE ALMEIDA CORREIA
LUCIENE DA SILVA ROSA

Violências contra mulheres: Debate, Conquistas e Desafios

Esta monografia foi julgada e aprovada para obtenção do bacharelado em Serviço Social, no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 09 de Maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a. Delaine Cavalcanti Santana de Melo (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Dr^a. Flávia da Silva Clemente (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

A Marlene, Almeida, Laís, Marta, Jailton,
por estarem a vida inteira ao nosso lado.
A Rodrigo, Sarah, Íris, que foram uma
fortaleza nos momentos de incerteza.
A todas as mulheres vítimas do
patriarcado.

AGRADECIMENTOS (LAYZA)

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela força física, emocional e espiritual para realizar este trabalho. Sou grata pelas bênçãos que recaíram sobre mim, foi a fé que alimentou minha perseverança e empenho para alcançar meus objetivos.

Agradeço ao meu esposo, Rodrigo Correia, por ser meu parceiro e companheiro em minhas empreitadas e ao longo desses meses não somente me fortaleceu como foi meu apoio em palavras e ações, para vencer mais esta etapa na vida acadêmica. Agradeço também por sua cumplicidade, confiança, boa vontade, por compreender minhas ausências e unir esforços em me ajudar, sobretudo por me incentivar e sonhar comigo meus sonhos.

Agradeço às minhas filhas, Sarah e Íris, que nasceram durante minha graduação. Foram a força motriz para continuar e chegar até esse momento, que fizeram todo esforço valer a pena.

Aos meus pais, Marlene e Almeida. Minha mãe é o maior exemplo de como a educação pode mudar vidas, ainda me recordo das dificuldades que vivenciamos e da alegria em ver o seu nome no Diário Oficial da União no ano de 2009. Durante toda a vida, junto com meu pai, se esforçaram em dar uma boa educação para mim e para minha irmã. Agradeço também por cuidarem das minhas filhas para que eu pudesse estudar, por estarem presentes e pelo amor incondicional. Este trabalho é uma prova do amor e incentivo incondicionais.

A Laís, minha irmã e amiga, que ao longo da minha graduação foi uma fonte de apoio para todos os momentos, nunca mediu esforços para me ajudar e me animar quando necessário, que apesar de ser bem mais nova sempre me ensina e é um exemplo para mim.

Agradeço também a minha sogra, Vanda Lúcia, por fazer parte da minha rede de apoio, por sua paciência e boa vontade em cuidar da minha filha como se fosse sua filha, nos momentos que precisei estudar.

Sou grata aos amigos que fiz, João, Mandy e Luciene, que ajudaram na realização de trabalhos, incentivo e debates estimulantes. Principalmente a Luciene, que junto comigo escreveu esse trabalho e esteve ao meu lado desde o primeiro dia da graduação, a qual não sabia se seria minha amiga naquele momento, mas hoje sei que foi uma dádiva nos conhecermos. Luciene tornou minha graduação mais leve, onde trocamos conhecimento e risadas.

Agradeço ainda a Professora e Doutora Tatiane de Lima, que me ajudou, apoiou e incentivou num momento muito difícil da minha vida e da graduação, seu apoio me impediu de desistir.

Enfim, agradeço a Professora e Doutora Delaine Cavalcanti Santana de Melo, nossa orientadora. Suas ideias, orientações e experiência na área foram primordiais para a produção deste trabalho. Agradeço ainda por sua paciência, dedicação e envolvimento com nossas ideias, que apesar da intensa rotina de sua vida acadêmica aceitou nos orientar.

AGRADECIMENTOS (Luciene)

Primeiramente agradeço a Deus, que me deu forças para que eu pudesse me manter firme e alcançar meus objetivos durante todos os meus anos de curso, me permitindo ultrapassar os obstáculos encontrados ao longo da graduação, evoluir enquanto pessoa e crer que meus sonhos são possíveis.

Aos meus queridos e amados pais Marta e Jailton, que nunca mediram esforços para que eu tivesse as melhores condições de acesso à educação; com os quais eu pude compartilhar mais de perto minhas conquistas e alegrias, que com muita paciência e amor me apoiaram, incentivaram e me acolheram nos momentos difíceis ao longo de minha formação, sempre compreendendo a minha ausência enquanto eu me dedicava aos estudos e à realização deste trabalho.

Aos meus queridos irmãos, familiares e amigos, que estiveram ao meu lado com companheirismo e paciência, prestando apoio no meu processo formativo.

À política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Pernambuco e ao PET Conexões Encontros Sociais por todo o suporte financeiro que foi essencial para a minha permanência na graduação, possibilitando melhores condições de acesso à minha trajetória acadêmica. Aos queridos companheiros e amigos do PET, especialmente Esteffane e o nosso tutor Francisco Sá Barreto pelas trocas, ensinamentos e disponibilidade; os aprendizados que obtive ao longo da minha formação enquanto integrante desse grupo tão diverso foram ricos e abriram um leque de possibilidades para minha formação profissional e pessoal.

À nossa orientadora Delaine Melo, que desempenhou tal função com dedicação, comprometimento e seriedade. Seus ensinamentos permitiram a apresentação de melhores desempenhos no processo de construção do trabalho e contribuíram muito ao meu processo de formação.

Aos queridos amigos Layza, João e Mandy, com os quais convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto positivo na minha formação acadêmica, especialmente minha amiga Layza, por toda a parceria, comprometimento e companheirismo desde o início da graduação à elaboração deste trabalho. Nossas trocas e toda a parceria construída permitiu que o processo de construção da presente pesquisa fosse mais harmonioso, leve e rico.

A todos que, direta ou indiretamente participaram do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

“Assim, embora a violência de gênero brote numa situação complexa, em que intervêm vários fenômenos, estes nem são da mesma natureza nem apresentam a mesma capacidade de determinação.”

Heleieth I. B. Saffioti

"Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres."

Rosa Luxemburgo

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso propôs o debate acerca das violências contra as mulheres, reconhecida como imbricada ao patriarcado e ao capitalismo no conjunto das relações hierárquicas, estruturais e desiguais de poder. Aborda a tipificação criminal das violências contra mulheres conforme a Lei Maria da Penha - Lei Nº 11.340/2006, como um dos principais mecanismos de enfrentamento à problemática no Brasil. Discute-se particularidades das violências contra as mulheres, especialmente a violência doméstica e o feminicídio, no recorte temporal de 2016 a 2022, apontando dados do período e a conjuntura brasileira desfavorável ao acesso a direitos sociais e, em particular, aos direitos das mulheres. Nesse sentido, ressaltamos o contexto da pandemia da covid-19 no país, de modo a evidenciar a estrutura sistêmica e a reprodução naturalizada das opressões entre os sexo-gêneros, os impactos das expressões da questão social à vida das mulheres violentadas, que se ligam diretamente às desigualdades sociais produzidas pelo capital. Ademais, o trabalho aborda a tecitura de redes de enfrentamento às violências contra mulheres no Brasil e apresenta um histórico dos avanços e conquistas, sobretudo resultantes das lutas feministas. Por último, abordamos a atuação do Serviço Social frente à problemática e a aproximação da profissão às lutas das mulheres. O objetivo do trabalho consistiu em discutir a imbricação entre as violências contra as mulheres e o patriarcado, ressaltando as lutas feministas para seu enfrentamento. Metodologicamente, o estudo tomou por base a teoria social crítica materialista, com uso dos procedimentos do levantamento bibliográfico e da pesquisa documental, com enfoque em documentos oficiais públicos referentes a dados sobre o objeto de estudo. Verificou-se, que apesar dos avanços normativo-legais e operacionais das políticas e instrumentos criados para enfrentamento das violências contra as mulheres, os dados da violência doméstica no Brasil são alarmantes e o problema persiste e cresce, incidindo sobre elas como as principais vítimas. Conclui-se que o Estado, em articulação com a sociedade civil e os movimentos sociais, assume papel fundamental na prevenção, enfrentamento e erradicação do fenômeno.

Palavras-chave: Violências contra as mulheres; Opressões no patriarcado-capitalismo; Lei Maria da Penha; Rede de enfrentamento; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This Course Completion Work proposed the debate about violence against women, recognized as intertwined with patriarchy and capitalism in the set of hierarchical, structural and unequal power relations. It addresses the criminal classification of violence against women according to the Maria da Penha Law - Law No. 11.340/2006, as one of the main mechanisms for confronting the problem in Brazil. Particularities of violence against women are discussed, especially domestic violence and femicide, in the time frame from 2016 to 2022, pointing out data from the period and the unfavorable Brazilian situation for access to social rights and, in particular, women's rights. In this sense, we highlight the context of the covid-19 pandemic in the country, in order to highlight the systemic structure and the naturalized reproduction of oppression between sex-genders, the impacts of expressions of the social issue on the lives of abused women, which are linked directly to social inequalities produced by capital. In addition, the work addresses the weaving of networks to confront violence against women in Brazil and presents a history of advances and achievements, especially resulting from feminist struggles. Finally, we address the performance of Social Work in the face of the problem and the approximation of the profession to women's struggles. The objective of the work was to discuss the overlap between violence against women and patriarchy, highlighting the feminist struggles to face it. Methodologically, the study was based on materialist critical social theory, using bibliographic survey procedures and documentary research, with a focus on official public documents referring to data on the object of study. It was verified that, despite the normative-legal and operational advances of the policies and instruments created to face violence against women, the data of domestic violence in Brazil are alarming and the problem persists and grows, focusing on them as the main victims. It is concluded that the State, in conjunction with civil society and social movements, assumes a fundamental role in preventing, confronting and eradicating the phenomenon.

Keywords: Violence against women; Oppressions in patriarchy-capitalism; Maria da Penha Law; Confrontation network; Public policy.

RESUMEN

Este Trabajo de Final de Curso planteó el debate sobre la violencia contra la mujer, reconocida como entrelazada con el patriarcado y el capitalismo en el conjunto de relaciones de poder jerárquicas, estructurales y desiguales. Aborda la tipificación penal de la violencia contra la mujer según la Ley Maria da Penha - Ley nº 11.340/2006, como uno de los principales mecanismos de enfrentamiento del problema en Brasil. Se discuten particularidades de la violencia contra la mujer, especialmente la violencia doméstica y el feminicidio, en el período de 2016 a 2022, señalando datos del período y la situación brasileña desfavorable para el acceso a los derechos sociales y, en particular, de las mujeres. En ese sentido, destacamos el contexto de la pandemia de covid-19 en el país, con el fin de evidenciar la estructura sistémica y la reproducción naturalizada de la opresión entre sexo-géneros, los impactos de las expresiones de la cuestión social en la vida de las mujeres maltratadas, que se vinculan directamente con las desigualdades sociales producidas por el capital. Además, la obra aborda el tejido de redes para enfrentar la violencia contra las mujeres en Brasil y presenta una historia de avances y conquistas, especialmente producto de las luchas feministas. Finalmente, abordamos la actuación del Trabajo Social frente a la problemática y la aproximación de la profesión a las luchas de las mujeres. El objetivo del trabajo fue discutir la superposición entre la violencia contra la mujer y el patriarcado, destacando las luchas feministas para enfrentarlo. Metodológicamente, el estudio se basó en la teoría social crítica materialista, utilizando procedimientos de levantamiento bibliográfico e investigación documental, con foco en documentos públicos oficiales referentes a datos sobre el objeto de estudio. Se verificó que, a pesar de los avances normativo-legales y operativos de las políticas e instrumentos creados para enfrentar la violencia contra la mujer, los datos de violencia doméstica en Brasil son alarmantes y el problema persiste y crece, enfocándose en ellas como las principales víctimas. Se concluye que el Estado, en conjunto con la sociedad civil y los movimientos sociales, asume un rol fundamental en la prevención, enfrentamiento y erradicación del fenómeno.

Palabras Clave: La violencia contra las mujeres; Opresiones en el patriarcado-capitalismo; Ley Maria da Penha; Red de afrontamiento; Políticas públicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Medidas Protetivas de Urgência (MPU e ligações 190 de natureza violência doméstica.....	40
Gráfico 2 – Tipologia das vítimas de violência doméstica.....	42
Gráfico 3 – Vítimas de feminicídio por raça/cor no Brasil 2021.....	43
Gráfico 4 – Violência Doméstica por tipo, total dos anos 2020 a 2022.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lesão Corporal Dolosa - Violência Doméstica no Brasil (2016 - 2021)....	39
Tabela 2 – Número de Feminicídios no Brasil (2016 - 2022).....	41
Tabela 3 – Casos de violência doméstica contra mulher no Brasil negra e não negra entre os anos de 2020 - 2022.....	43
Tabela 4 – Violência doméstica e Feminicídios: Pernambuco e Nordeste (2016 - 2021).....	44
Tabela 5 – Mulheres vítimas de Violência Doméstica e Familiar em Pernambuco por Região (2016 - 2022).....	48
Tabela 6 – Lesão Corporal Dolosa - violência doméstica e Feminicídio no Brasil primeiro semestre (2019 - 2020).....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDAW (sigla em inglês) - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CIDH - Comissão Internacional de Direitos Humanos

CIM - Comissão Interamericana de Mulheres

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

COVID-19 - Coronavírus Disease 2019

CRAM - Centro de Referência de atendimento à Mulher

CRAS - Centro Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CSW (sigla em inglês) - Comissão sobre o Estatuto da Mulher

DEAM - Delegacias Especializadas de Atendimento à mulher

DSTs - Doenças Sexualmente Transmissíveis

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPEC - Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica

ISTs - Infecções Sexualmente Transmitidas

LMP - Lei Maria da Penha

MMFDH - Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos

MPU - Medidas Protetivas de Urgência

NOB/RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

NOB/Suas - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NUAM - Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns

OEA - Organização dos Estados Americanos

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONDH - Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

ONGs - Organizações não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

PCSVDF Mulher - Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SDS PE - Secretaria de Defesa Social de Pernambuco

SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres

SUS - Programa precedeu ao Sistema Único de Saúde

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES, PATRIARCADO E CAPITALISMO	19
2.1 Violências - conceituação e debate teórico	19
2.2 Violências contra as mulheres e a imbricação Capitalismo-Patriarcado	24
2.3 Tipificação criminal das violências contra mulheres na Lei Maria da Penha - Lei Nº 11.340/2006	27
3 PARTICULARIDADES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES	32
3.1 A realidade da Violência Doméstica e de Feminicídios no Brasil - dados conjunturais	38
3.2 Agudização da problemática no contexto pandêmico	48
4 TECITURA DAS REDES DE ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES NO BRASIL	52
4.1 Incidência política feminista - Mulheres em Movimento	52
4.2 Políticas Públicas de atenção e proteção às Mulheres em situação de violência	64
4.3 Atuação do Serviço Social junto a Mulheres em Situação de Violências	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como objetivo geral discutir a imbricação entre as violências contra as mulheres e o patriarcado, ressaltando as lutas feministas para seu enfrentamento. Os objetivos específicos foram assim definidos: debater a relação entre patriarcado, capitalismo e violência doméstica; discutir o papel do Estado e da sociedade no que tange à prevenção da violência doméstica; destacar os efeitos da conjuntura brasileira regressiva às políticas públicas para mulheres no período de 2016 e 2022.

O debate do tema é relevante para profissionais do Serviço Social e de áreas afins, que trabalham em espaços de atendimento a mulheres, nos diversos níveis assistenciais e protetivos, conformados como conquista dos movimentos feminista e de mulheres dos primórdios à atualidade. Ressaltam-se entre estas o reconhecimento da violência contra as mulheres como problema de saúde pública, novos marcos legais constituídos em defesa da vida das mulheres - sendo a Lei Maria da Penha um dos principais -, instituição de redes de serviços públicos no âmbito das políticas de Assistência Social, Justiça e Segurança Pública, Saúde, para o enfrentamento.

A agenda dos movimentos feminista e de mulheres, tornou-se uma pauta para o Estado, mas retrai-se ante as consequências cruéis da precarização das políticas públicas pelo avanço da agenda neoliberal, receituário da organização econômica e social do Estado burguês que se pronuncia ainda mais em momentos de crise, como na pandemia da COVID-19.

Metodologicamente, o TCC apoia-se na teoria social crítica materialista, no método histórico-dialético, tendo em vista que possibilita a análise da essência e das múltiplas determinações dos fenômenos e não apenas de uma parte destes. De acordo com Netto (2011), a sociedade burguesa em Marx é uma totalidade concreta e complexa que possui movimentos contraditórios constituídos por totalidades de menor complexidade. Assim, no método de Marx, conforme Netto (2011), faz-se necessário ir além das aparências, de modo a capturar e analisar as estruturas e dinâmicas que envolvem o objeto, a fim de chegar ao conhecimento concreto. Através do método compreendemos os impasses que atravessam a problemática, as políticas públicas e mecanismos que envolvem a rede de enfrentamento a violência doméstica, tratando-a de forma crítica e analítica a fim de discutir as

relações que existem entre os processos, bem como suas mediações e complexos da totalidade social.

As autoras Saffioti, Boschetti e Behring, Beauvoir, Cisne e Iamamoto, fazem parte do referencial teórico desse trabalho. No que se refere ao tipo de pesquisa, configura-se como pesquisa bibliográfica e documental, com enfoque em documentos oficiais públicos referentes a dados sobre o objeto de estudo. Como esclarece Gil (2002), a pesquisa documental é feita a partir de documentos, estatísticas, relatórios, arquivos de órgãos públicos e possibilitam tratamento analítico. Trabalhamos com documentos relativos a políticas públicas, decretos e portarias que materializaram o combate a violência contra mulher, legislação como a Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio, além de dados estatísticos relacionados a violência doméstica dos Anais do Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família organizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública entre os anos de 2016 a 2022, dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos de 2020 a 2022 e dados da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco 2012 a 2022, com a finalidade de compreender a realidade do fenômeno da violência doméstica no Brasil. Outrossim, a pesquisa trata-se de um estudo exploratório visto que busca o levantamento de informações acerca do objeto mapeando suas condições e manifestações (SEVERINO, 2007).

O trabalho está organizado em 05 capítulos, sendo o primeiro a Introdução e o último as Considerações Finais. Assim, posterior à Introdução, o segundo capítulo trata das Violências contra as Mulheres, Relações Sexo, Patriarcado e Capitalismo. Aborda a conceituação de violência para autoras de referência ao debate e traz outros importantes conceitos como patriarcado, capitalismo, gênero, relações de sexo. Destaca a compreensão sobre as violências contra as mulheres, enfatizando a importância das convenções nacionais e internacionais, como também a luta do feminismo brasileiro para garantir direitos às mulheres e denunciar as violências. No terceiro capítulo apresentamos as particularidades da violência doméstica e o problema diante da realidade brasileira. São apresentadas tabelas, gráficos e dados para explicar a realidade da violência doméstica no território nacional, na Região Nordeste e no estado de Pernambuco. Ainda levantamos dados e informações sobre as violências perpetradas contra as mulheres de modo agudizado no contexto pandêmico quando aumentaram circunstâncias de violências.

No quarto capítulo, problematizamos as políticas de atendimento, redes de enfrentamento a violência doméstica, seus avanços, limites e dificuldades na conjuntura de 2016 a 2022. Ainda abordamos a atuação dos/as Assistentes Sociais em espaços socio-ocupacionais de atendimento a mulheres em situação de violência destacando a importância da atuação profissional e os desafios enfrentados.

2 VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES, PATRIARCADO E CAPITALISMO

2.1 Violências - conceituação e debate teórico

As violências são um dos fenômenos mais antigos do mundo e atravessa todas as sociedades. Optamos por referir-nos à problemática no plural, uma vez que, em nosso entendimento, as violências são muitas e podem se interpor ou justapor, embora sejam apresentadas definições e conceitos de teóricas e teóricos que se utilizam da palavra no singular.

As violências estão postas no cotidiano e suas consequências podem ocasionar danos irreparáveis, pois como afirma Nilo Odália, “O viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela sempre aparece em suas várias faces” (ODÁLIA, 1983, p. 13). A discussão do autor acima referenciado remete ao que foi teorizado por Hobbes e Rousseau sobre o indivíduo e as violências. Para Hobbes os indivíduos viviam num estado de guerra, todos contra todos, e o contrato social possibilitou que vivessem em paz; já para Rousseau, os indivíduos viviam livres, em ‘estado de natureza benigna’, sem conhecer lutas, mas tal situação foi rompida com o surgimento da propriedade privada, sendo necessário o contrato social para a preservação do bem-estar e segurança da sociedade (CHAUI, 2000). A questão é que a teorização desses pensadores aponta para o fato de que a humanidade sempre esteve sujeita à barbárie e às violências, sendo necessárias regulações sociais para sua contenção.

Mas, afinal, o que são as violências?

Para Heleieth Saffioti, na obra *Gênero, Patriarcado e Violência*, violência trata-se da “[...] ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (SAFFIOTI, 2015, p. 18). A autora ressalta como fundamental considerar ainda outros tipos de violências, como, por exemplo, as violências sociais, racismo, intolerância religiosa, discurso de ódio a grupos ou populações minoritárias, dentre outros.

Na produção de Guerra et al. (1992), a violência é sobretudo uma forma de relação social expressa nas relações entre as classes sociais e também nas relações interpessoais, além de ser a negação de valores universais como a liberdade, a igualdade e a vida. É possível identificar o elemento da negação de

valores em vários tipos de violência, em destaque nas violências contra mulheres, as quais são baseadas em relações de poder estruturadas de modo desigual.

As autoras Teles e Melo (2002) também contribuem para a definição de violência, afirmando ser uma forma de restringir a liberdade de outrem ou de um grupo de pessoas, reprimindo, ofendendo, agredindo física ou moralmente. Além disso problematizam que há vários agentes e formas de violência, conforme segue:

Empregam-se diversos adjetivos, de acordo com os agentes que exercem a violência, diferenciando seus vários tipos: policial, institucional, social, econômica, política ou estatal, entre outros. Pode ser também adjetivada conforme a população que ela atinge. Violência étnico-racial é aquela que discrimina e que fere direitos da população de determinado tipo ou região geográfica, cor, cultura, idioma, sotaque, maneira de vestir, e assim por diante. As manifestações racistas, de um modo geral, recaem sobre a população indígena e negra, mas incidem também sobre outros povos, como os latinos, os asiáticos ou africanos. Às vezes, o predicado da violência indica em que espaço ela ocorre, como é o caso da expressão "violência escolar", aquela que ocorre no âmbito da escola (ibidem, p.12-13).

Para explicar as violências, Minayo (2006) parte da etimologia afirmando que a palavra violência é “de origem latina, o vocábulo vem da palavra *vis*, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro” (MINAYO, 2006, p. 13). A autora afirma que a violência é um fenômeno multifacetado e, nesse sentido, não é possível considerarmos a violência uma coisa única; portanto trata-se de violências.

Para demarcar a complexidade da conceituação de violência, a autora supracitada traz importantes contribuições e explica que, dependendo da época, local e circunstância, as violências podem ser até consideradas lícitas e aprovadas, toleradas e condenadas (ibidem). Um exemplo de violência condenada é violência criminal ou delinquencial. Minayo explica que esse tipo de violência está no imaginário das pessoas, quase sempre ligado a três formas de violências: a violência física (agressão, homicídio, violações), violência econômica (apropriação indevida de bens) e a violência moral ou simbólica (ofender a sua dignidade de outrem) (ibidem); considera outras formas de violência: a violência erudita que é a negação dos direitos do outro estabelecido por relações sociais e relações de poder; a violência estrutural que é enraizada nas desigualdades historicamente construídas,

como exemplo podemos citar a desigualdade social do Brasil Colônia que se naturalizou e perdura até o presente.

Entre as contribuições da autora, seus estudos sobre a violência como um problema de saúde pública, demonstram que a incidência e prevalência das violências afetam fortemente a saúde, não somente pelos agravos ao corpo e a necessidade de assistência à Saúde - o que já é muito grave -, mas pelo fato de afetar a saúde da coletividade (MINAYO, 2006).

Concomitantemente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) conceitua violência e também a concebe como um problema de saúde pública, sendo necessária a intervenção do Estado e do Sistema de Saúde para o enfrentamento do fenômeno. Segundo a OMS, as violências são

[...] o uso intencional de força física ou poder, real ou como ameaça contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, desenvolvimento prejudicado ou privação (OMS, 2014, p. 2).

No rol das violências, a OMS agrega não somente a violência física e psicológica, mas também situações de privação e destituição de direitos, sendo estes atos tão danosos quanto os primeiros supracitados. Nesse sentido, as violências ferem a dignidade almejada no exercício da cidadania. Tanto a OMS quanto Minayo (2006) apontam que as violências trazem consequências tanto na esfera da saúde quanto nas esferas coletiva e social.

Diante desse exposto, compreendemos que não é possível definir as violências de modo simplista, visto que o conceito é complexo, agrega diferentes formas e tipologias, que sempre surge um novo modo na sociedade e não se consegue evitá-la por completo (PAVIANI, 2016).

No debate, utilizar-nos-emos do conceito de gênero para a discussão das violências contra as mulheres, como importante aporte teórico incorporado ao debate do tema e à luta feminista nos anos 1990. Ao longo do trabalho, apresentaremos outros conceitos fundamentais, incluindo o de relações sociais de sexo, como conceito central no debate do tema no âmbito do Serviço Social.

A antropóloga estadunidense Joan Scott (1995), tornou-se uma das principais referências na incorporação do gênero ao debate da organização desigual que

oprime as mulheres. Para ela, gênero é “[...] uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995 p.86), sendo que, a partir das diferenças sexuais, biológicas entre homens e mulheres, o poder foi articulado, delineando o modo hierárquico com que essas relações foram estabelecidas e naturalizadas socialmente.

Para a compreensão do fenômeno das violências contra as mulheres e, posteriormente, da violência doméstica pelo olhar do Serviço Social, o presente trabalho não irá se desdobrar especificamente no conceito gênero - apesar de compreender sua importância para as teorias feministas. Mirla Cisne (2014), referência na produção temática do Serviço Social brasileiro, baseada na produção francófona de feministas marxistas, considera que a análise conceitual e isolada com base na perspectiva de gênero não dá conta de apreender as relações sociais sob as quais os sexos se inserem no modo de produção capitalista, podendo isso, conforme a autora, ausentar questões hierárquicas das relações de poder na sociedade do capital, como as desigualdades entre as classes. Ainda conforme a autora, o conceito de gênero “dificulta a aproximação com quem deve ser o sujeito prioritário do feminismo: as mulheres trabalhadoras” (ibidem, p. 142), logo, dar nome aos sujeitos sociais que se inserem nas hierarquias de poder dentro das relações sociais de sexo faz-se mais assertivo.

Cisne (2014) afilia-se e defende o conceito de relações sociais de sexo, o qual embora não se reduzam a estes, abarca os desdobramentos das relações de classes e da divisão sexual do trabalho, considerando inerente às relações sociais de sexo sua historicidade e as questões étnico-raciais, sociais e de sexo como intrínsecas às relações de poder entre homens e mulheres. No que tange principalmente à reprodução das violências contra as mulheres, estão inter-relacionadas, na sociabilidade capitalista e impactadas por esta.

As relações sociais no modo de produção capitalista determinam historicamente as relações entre homens e mulheres, isto é, as relações entre os sexos, logo, “o tornar-se mulher e tornar-se homem constitui obra das relações de gênero” (SAFFIOTI, 1992, p. 18 apud SANTOS; OLIVEIRA, 2010 p.12). Nesse sentido, conforme argumentam Santos e Oliveira (2010), a partir dessas relações é possível compreender sua relação social na sociabilidade capitalista,

desnaturalizando e historicizando as opressões produzidas e reproduzidas entre homens e mulheres.

A questão das violências contra mulheres, tem ganhado cada vez mais espaços nas discussões cotidianas, acadêmicas e legislativas, isto é, lugares em que anteriormente a problemática não tinha tanto espaço. Em nosso entendimento e, com base nas referências pesquisadas, as violências contra as mulheres são consequências da sociedade patriarcal e capitalista, em que as relações sociais entre os sexos produzidas nesse sistema, determinam uma posição de inferioridade às mulheres e legitimam a dominação masculina.

Beauvoir (1967) problematiza que o patriarcado - sistema secular de dominação masculina - admite que o poder masculino seja predominantemente exercido sobre a vida das mulheres, silenciando-as e diminuindo-as como se não fossem sujeitos com autonomia; processo pelo qual resultam opressões e os mais variados tipos de violências (SANTOS; OLIVEIRA, p.12). Nesse sentido, historicamente os homens transitam autonomamente na esfera da produção econômica, social e política enquanto que condiciona as mulheres à esfera da reprodução da vida social¹, que prevê o trabalho doméstico exaustivo e não pago sem o qual a produção e reprodução das futuras gerações de trabalhadores assalariados ficaria comprometida (ALVES, 2018). Cabe ressaltar que, quando as mulheres acessam ao trabalho assalariado, seus salários são inferiores se comparados às mesmas funções exercidas por homens; além disso, as mulheres permanecem como responsáveis por dar conta de duplas ou até triplas jornadas de

¹ Na teoria marxista, o trabalho é uma categoria central para se pensar o ser social. Pois é a forma de satisfação das necessidades humanas, e para se concretizar, precisa dos instrumentos anteriormente idealizados na prévia – ideação. Partindo dessa análise teórica, no capitalismo, o trabalho assume uma característica particular, uma vez que se torna assalariado, isto é: o/a trabalhador/a é sujeitado/a a um processo de compra e venda da sua força de trabalho, a qual é trocada pelo salário, sendo este uma parcela da produção – visto que o trabalho excedente, ou seja, o mais – valor, é apropriado pelo capitalista. Nesse viés, compreende – se por produção todo o processo de transformação da matéria em mercadoria, a qual possui um duplo valor (valor de uso – seu aspecto utilitário – e o valor de troca – o único que importa ao capitalista por ser esta a esfera de realização da mais – valia). Todavia, a produção capitalista está intimamente ligada com o processo de reprodução, que se refere à comunidade do conjunto de relações sociais engendradas nesse processo produtivo, uma vez que a produção no MPC, é histórica e social. Diz respeito, portanto, à totalidade da vida social e, por isso, produção e reprodução estão intimamente associadas. A partir desse postulado, os escritos marxistas apontam para dois tipos de trabalho, no capitalismo, sendo estes: o trabalho improdutivo e produtivo. Enquanto o primeiro diz respeito à capacidade do trabalho em produzir mais – valia para o capitalista, além de unir trabalho concreto e abstrato, o segundo se refere ao trabalho que não gera diretamente valor, ainda que seja indispensável ao modo de produção ora em análise (IAMAMOTO, 1998).

trabalho pelo cuidado do lar e do atendimento das necessidades dos cônjuges e do cuidado de crianças, idosos e enfermos.

2.2 Violências contra as mulheres e a imbricação Capitalismo-Patriarcado

Entende-se que as violências contra as mulheres estão imbricadas nas desigualdades de sexo-gênero e na construção de uma sociedade alicerçada no patriarcado e configurada pelo sistema capitalista. Assim, existem diferentes marcadores sociais sob os quais esse fenômeno se expressa, sendo que seus rebatimentos se dão de modo interseccional, conjugando opressões de classe, raça e sexo-gênero, além de particularizar-se de acordo com as diferentes realidades das mulheres violentadas.

Por interseccionalidade, Collins e Bilge (2020) argumentam que esta “[...] investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (COLLINS e BILGE, 2020, p.16). O que significa dizer que a interseccionalidade não estuda apenas, por exemplo, o "ser mulher" na sociedade, estuda a partir de como categorias raciais, de gênero, sociais, econômicas, de orientação sexual, de nacionalidade e outras, estão inter-relacionadas e como estas categorias rebatem de formas complexas e inter-relacionais na vivência dessa mulher. Nesse sentido, as desigualdades e opressões de sexo-gênero estão ligadas e engendradas pelo patriarcado nas relações sociais do modo de produção capitalista. Na sociedade brasileira a imbricação entre os sistemas produz e reproduz as bases para a permanência da ideologia patriarcal, o que fortalece as relações de poder entre os sexos e a submissão da mulher ao homem (SOUZA; FARIAS, 2022).

De acordo com Saffioti (2015, p.62), o patriarcado é um “[...] regime de dominação-exploração das mulheres”. A dominação patriarcal é uma das principais denúncias dos feminismos, os quais lançam luz sobre a histórica subalternização das mulheres e do feminino, e, como sujeitos políticos, apontam para outro projeto societário sem opressões e sem exploração (CISNE; FERREIRA, 2021; COSTA, 2018).

Enquanto sistema secular de dominação masculina, o patriarcado em articulação com o sistema capitalista dá aos homens privilégio social de modo a

manter com a figura masculina o poder primário de predominar em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. Pode ser entendido como um poder que o homem exerce sobre as mulheres, através de diversas faces para se perpetuar: sejam elas culturais, de classe, histórica, dentre outras. Entretanto, o patriarcado não se concentra nas relações individuais, familiares, significando que extrapola o indivíduo homem e faz parte de uma hierarquia social, perpassando todo o tecido social, como explica Saffioti (2015):

Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contamina toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados (SAFFIOTI, 2015, p.57).

O patriarcado possui intensa relação com o modo de produção capitalista, visto que a cultura patriarcal incide de maneira vasta na produção de violências e na construção de desigualdades entre homens e mulheres, sem que o capitalismo possa prescindir do trabalho das mulheres para a garantia da reprodução social.

Em dimensão sistêmica, o patriarcado junto ao capitalismo traçam dupla exploração/opressão às mulheres e perpetuam as desigualdades de sexo-gênero, desigualdade social e econômica; diante da sociedade capitalista, patriarcal e hierarquizada, múltiplos e complexos nexos de opressão dos sujeitos delimitam e organizam as relações de poder (RESENDE, 2017).

A partir da estruturação do capitalismo e do seu desenvolvimento no estágio industrial, as mulheres também passaram a compor a mão de obra fabril e industrial, e por serem mulheres, foram super exploradas e mal pagas; o fato de os trabalhos executados pelas mulheres serem tidos como subalternos, resultou em menores salários que os homens, mesmo executando atividades e funções semelhantes no mercado de trabalho (TEIXEIRA, 2009). Ademais, como já mencionado, as mulheres continuam sendo “responsabilizadas” pelo cuidado da família, sobretudo das crianças, idosos e enfermos, assim atendendo a um dupla jornada, exercendo o

trabalho doméstico não pago, que privilegia o modo de produção capitalista e a divisão sexual do trabalho (TEIXEIRA, 2009; ZART, 2019).

Dessa maneira, as opressões impostas às mulheres, no que se entende como patriarcado-capitalismo, possibilitaram novos contornos. Na esfera privada, consolidou o ideal de família, no qual, tendo em vista a reprodução da força de trabalho, as mulheres permanecem cumprindo seu "destino biológico" (BEAUVOIR, 1970), e igualmente assegurando a manutenção da força de trabalho; a divisão sexual do trabalho impõe e designa para as mulheres o exercício do cuidado como inerente ao 'universo feminino', pelo 'simples' fato de serem mulheres. Sobre isso, Santos e Oliveira (2010) argumentam que

O sistema do capital se beneficia da opressão vivenciada pelas mulheres, tanto do ponto de vista ideológico, por meio da reprodução do papel conservador da família e da mulher, como na perspectiva da inserção precária e subalterna no mundo do trabalho (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 14).

Concomitantemente, os impactos do patriarcado na vida das mulheres refletem-se no exercício do suposto poder natural de mando e controle de homens sobre mulheres, sendo profícuo na geração de múltiplas violências - psicológica, sexual, física, patrimonial, dentre outras. Segundo Lopes (2017), o capitalismo exerce exploração e opressão das mulheres, valorizando a dominação masculina diante da submissão feminina, o que significa que nas relações sociais as mulheres se encontram em posição subordinada aos homens.

Conforme explica Saffioti (2015), as violências contra as mulheres advém, dentre outros elementos estruturantes, da socialização machista, baseada na organização societária e nos marcos culturais transmitidos como normativos. A reprodução, naturalização e manutenção do patriarcado inserido nas relações sociais e de poder dentro do sistema capitalista são fatores que também contribuem para a continuidade da violência contra as mulheres, retroalimentando a supremacia do homem, historicamente imposta de modo a abalar, explorar submeter as mulheres às mais variadas formas de violências.

Devido à naturalização culturalmente asseguradas, as violências contra as mulheres tendem a ser naturalizadas – violências que não se manifestam “apenas” no abuso físico, mas também no processo cruel de destruição psicológica, desprezo,

humilhação, etc. Assim, podemos afirmar aqui o que foi dito por Machiavelli Carmo Souza et al. (2021), que nas sociedades patriarcais, machistas e misóginas ainda se predomina a dominação masculina, a qual reforça as desigualdades nas relações entre homens e mulheres acarretando problemas como a violência no contexto doméstico e familiar.

2.3 Tipificação criminal das violências contra mulheres na Lei Maria da Penha - Lei Nº 11.340/2006

A trajetória histórica que antecedeu a promulgação da Lei Maria da Penha e que a fez possível, foi marcada pela condenação do Brasil, em 2001, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), após anos da denúncia apresentada por Maria da Penha Fernandes, alegando que no país havia extrema tolerância aos casos de violências cometidas contra as mulheres, explicitando o seu caso em particular, com episódios de violência contra ela praticados por seu ex cônjuge, culminando em tentativa de assassinato (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015). Como país signatário de Conferências e Convenções internacionais, o Brasil foi acusado pela CIDH - depois de 13 anos de análise da referida denúncia - pelo descumprimento dos acordos estabelecidos pela Convenção Americana de Direitos Humanos e Convenção de Belém do Pará, nas quais as mulheres vítimas de violência são acobertadas pelo amplo direito de defesa e o acusado deve ser investigado e punido judicialmente de forma rigorosa, fato que no caso da Maria da Penha e, certamente de tantos outros que não foram denunciados, não ocorreu (Ibidem).

Após sua criação, a LMP estabeleceu uma programática do Estado para implementar ações para o enfrentamento da violência doméstica como um específico tipo penal. Para além de uma lei punitiva, a Lei Maria da Penha exigiu a constituição de uma rede de serviços públicos articulada e intersetorial protetiva para mulheres vítimas e em situação de violência, além de apontar para a prevenção do fenômeno e punição do agressor. A Lei ampliou a compreensão da violência, ao tipificar criminalmente as violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral; além disso, agrega a compreensão de “violência contra crianças e adolescentes, abuso, incesto, pedofilia; tráfico de mulheres, meninas, mulheres trans e travestis” (LISBOA; ZUCCO, 2022).

A violência contra as mulheres pode se expressar amplamente, daí os vários tipos que se enquadram em sua nomeação. Para fins da Lei Maria da Penha, foram tipificadas as violências física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Outras formas de violência se distinguem pelo local da ocorrência, os agravos ao corpo, e/ou o autor, como é o caso abuso sexual e exploração, assédio moral ou no espaço de trabalho, dentre outros (BRASIL, 2010b). Vale salientar que por ser a agressão física o tipo de violência mais explícito e mais verificável, torna-se mais identificada (VASCONCELOS, 2021); entretanto, o que se entende por violência doméstica está para além da agressão física, abrangendo, conforme a Lei Maria da Penha: “violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral” (BRASIL, 2006a, p. 2-3).

Tendo por base a Lei Maria da Penha, entende-se por violência física as ações que colocam em risco a saúde ou integridade física da mulher, resultando ou não em lesões corporais. A violência psicológica, por sua vez, é um tipo de crime que, em alguns casos, pode passar despercebida pela forma em que ocorre e por seu caráter subjetivo. As condutas que caracterizam essa forma de violação são ações que visam o controle sobre a mulher, humilhação, manipulação, limitação do direito de ir e vir e de suas expressões individuais e ameaças, de modo que suas consequências podem causar danos e adoecimento à saúde psicológica de uma pessoa (BRASIL, 2006a).

Quanto à violência sexual, cabe o adendo de que esta não envolve apenas a ocorrência do estupro², estando para além deste, pois, nesse bojo, se reconhece aquela praticada contra os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, sendo entendida como ações que causem constrangimento a presenciar, manter ou participar de atos sexuais não desejados, contra a sua vontade e/ou sem o seu consentimento de modo coercitivo, que anulem os direitos sexuais e reprodutivos, e que comercializem a sexualidade contra a sua vontade.

Ademais, foram tipificadas na Lei Maria da Penha a violência patrimonial, a qual compreende condutas que usurpam e causem destruição dos bens materiais ou

² Acerca da violência sexual, no art. 7º inciso III da Lei Maria da Penha prevê que “a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;” (BRASIL, 2006a).

imateriais de uma pessoa, podendo ser provocado independente de relações conjugais; e a violência moral, aquela que ocorre mediante ações que envolvam calúnias, injúrias e/ou difamação que afetem a honra da mulher (Ibidem).

Muitas mulheres vivenciam situações de violência doméstica por anos ou até mesmo a vida inteira, e, tendo ou não consciência disso, veem-se inseridas em um ciclo que parece se perpetuar, fator que contribui para sua difícil ruptura e superação, especialmente no que se refere a relações de conjugalidade.

A literatura sobre o tema, aponta um ciclo típico de violência conjugal, doméstica configurado em 3 fases: a) Acumulação da tensão; b) Explosão; c) Lua-de-mel (DATASENADO, 2018). Nesse ciclo, a violência doméstica vai evoluindo com o tempo e na primeira fase o autor utiliza-se de agressões verbais, xingamentos e brigas, ocorrendo uma escalada de muitos desentendimentos. A fim de evitar esse tipo de situação e não contrariar seus agressores, muitas mulheres passam a ter um perfil de submissão com relação a seus parceiros. No desenvolver desta fase, tais episódios podem evoluir para agressões físicas, momento em que a tensão entre vítima e agressor aumenta, caracterizando a fase de explosão.

Após o acontecido, a depender do grau da agressão, algumas mulheres violentadas buscam ajuda médica, denunciam, e/ou procuram o apoio de amigos ou familiares, entretanto, por diversos fatores - medo, dependência emocional e/ou financeira, filhos, dentre outros -, a maioria das vítimas não procuram nenhum tipo de ajuda e permanecem no relacionamento. Após o episódio agressivo, inicia-se a terceira fase do ciclo que é a fase da lua-de-mel, na qual o agressor se mostra amoroso, arrependido, promete mudar seus comportamentos, se justifica na tentativa de se redimir, reconquistar e “compensar” a vítima pela situação ocorrida. É nessa fase também que as vítimas se sentem culpadas pelo ocorrido e a violência psicológica por meio da manipulação do agressor é realizada. Assim o ciclo se completa, visto que diante dos comportamentos do companheiro, a mulher agredida resolve dar um voto de confiança e crê que haverá mudanças, resolvendo, então, continuar no relacionamento. Entretanto, diante de posteriores e repetidos acontecimentos, o ciclo violento volta a se repetir e a vítima se vê mais uma vez

dentro de um padrão vicioso que, mais cedo ou mais tarde, pode evoluir para uma agressão mais grave e até mesmo ao feminicídio³.

Considerando a estruturação da vida social, as violências contra as mulheres crescem significativamente no mundo a cada dia, a ponto de cada vez mais ocupar espaços nos jornais e noticiários, todos os dias nos deparamos com notícias sobre algum tipo de violência contra a mulher. Tal problemática é paradoxal, pois quanto mais se traz à luz o fenômeno, cria-se políticas e mecanismos para coibir tal violência, há maior notificação. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública FBSP (2022), no primeiro semestre de 2022 cerca de 699 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, o que representa um crescimento de 3,2% no mesmo período de 2021, que registrou 677. O que se observa é uma relação crescente de violências contra as mulheres, sendo o crescimento do feminicídio de 2019 a 2022 de 10,8% entre os anos (ibidem).

Nos últimos vinte anos o Brasil alcançou grandes avanços nos debates de sexo-gênero, bem como na criação de instrumentos para o enfrentamento das violências contra mulheres, como abordaremos no próximo capítulo. Entretanto, dada a complexidade e a dimensão da violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres, mais aprofundada com o advento da COVID-19, cuja pandemia foi declarada no país em março de 2020, e o contexto de contrarreformas neoliberais implementadas pelo Estado brasileiro, ampliou-se a desproteção da classe trabalhadora, sendo que a programática do enfrentamento às violências contra as mulheres sofreu retração, redução orçamentária e isso inflexionou a realidade nacional no que se refere ao fenômeno.

³ Feminicídio foi incluído no Código Penal Brasileiro através da Lei nº 13.104 de 2015 e segundo o Decreto Lei 2848/40, Art. 121, § 2, inc. I e II, “§ 2º-A Considera-se que há “razões de condição de sexo feminino” quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Quando o legislador designa o feminicídio apenas na “condição de sexo feminino” acaba por excluir as mulheres trans, isso significa que os agressores não recebem em sua pena o agravante - a pena passa a ser superior a de homicídio - pela prática de crime hediondo contra a mulher (BRASIL,1940).

3 PARTICULARIDADES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES

Dentre as muitas formas e tipos de violências perpetrados contra as mulheres, a violência doméstica aparece como uma das mais expressivas, contabilizando dados alarmantes. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021b), as mulheres sofreram mais violência dentro de casa, sendo os agressores pessoas conhecidas da vítima. Os dados apontam que no ano de 2021 cerca de 24,4% das mulheres brasileiras sofreram algum tipo de agressão, sendo 72,8% dos autores pessoas conhecidas da vítima e, 48,8% das vítimas relataram que tais violências ocorreram dentro de casa, revelando uma alta prevalência da violência doméstica (ibidem).

A violência doméstica é um problema que atravessa a vida de muitas mulheres no mundo, sendo consequência de uma estrutura sistêmica que as oprime. A Lei nº 11.340/2006, conhecida também como Lei Maria da Penha, define violência doméstica como todo tipo de agressão praticada entre pessoas com vínculo familiar ou afetivo e que convivem em uma mesma residência, mesmo que seja de convívio ocasional (BRASIL, 2006a). Este tipo de violência pode acontecer entre pais e filhos, marido e esposa, funcionários que prestam serviços domésticos e até entre cuidadores e idosos, mesmo que esporadicamente (ibidem). A violência doméstica na maioria das vezes só é denunciada quando envolve agressão física, por vezes, escamoteando violências de natureza psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Segundo a Socióloga Heleieth Saffioti (2015), os tipos de violências perpetrados contra as mulheres são muitas vezes confundidos, tomados como similares às violências de gênero, violência doméstica e violência intrafamiliar. Para a autora, a violência de gênero trata-se de conceito mais amplo, derivado das relações de poder na sociedade e pode ocorrer do homem para mulher e da mulher para o homem; a violência intrafamiliar é a que ocorre dentro ou fora do domicílio, que tem como agressor parentes e familiares, e já a violência doméstica é aquela que ocorre dentro do domicílio sendo agressor uma pessoa do convívio residencial, podendo este ser família ou agregado (SAFFIOTI, 2015; V. SILVA, 2020).

De acordo com o Ministério da Saúde (2001), as mulheres, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos são as vítimas mais frequentes de violência doméstica (BRASIL, 2001). No país, no ano de 2019, os idosos representaram 15% dos casos de violência, as crianças 1,4% e as mulheres 84%

dos casos, ou seja, as mulheres representam a maioria das vítimas da violência doméstica (MYRRHA; MEIRA; JESUS, 2020). Homens também são vítimas de violência doméstica, entretanto, na maior parte dos casos estes são quem praticam o crime.

A violência doméstica está presente em todas as classes econômicas, sociais e tipos de sociedade. Entretanto, segundo Dias *et al.* (2021), a violência doméstica contra mulheres é mais frequentemente praticada contra mulheres jovens, negras ou pardas, casadas ou que convivem com parceiros íntimos, mães ou grávidas e que não exercem atividade remunerada. Quando se trata do agressor, Dias *et al.* (2021) aponta que, em sua maioria, há consumo abusivo de álcool e/ou outras drogas, baixa escolaridade, vulnerabilidade socioeconômica, histórico de violência intrafamiliar na infância, iniciação precoce sexual, infância ausente, dentre outros fatores de risco (ibidem).

Outrossim, 70% das mulheres que foram vítimas de feminicídio nunca chegaram a denunciar a violência (MMFDH, 2020), por ser esse fenômeno tão complexo e muitas vezes envolto em outros problemas e determinantes sociais, muitas mulheres não conseguem quebrar o ciclo de violência por diversos motivos, algumas têm medo por sua vida e de parentes, falta de rede de apoio familiar, vergonha de denunciar, dependência financeira, falta de informação sobre a rede de proteção, fatores religiosos, etc (SOARES et al., 2005). Mesmo em casos em que a vítima chega a denunciar, ainda existem diversas barreiras para obter o suporte necessário, pois são comuns situações de violência institucional, falta de informação, medo de seu relato ser desacreditado ou de ser culpabilizada pela violência sofrida, vulnerabilidade socioeconômica, falta de rede de apoio, falta de serviços e políticas públicas que compreendam a complexidade do fenômeno, entre outros, sendo necessário a ampliação de políticas e serviços públicos de combate às violências contra mulheres.

Destarte, faz-se necessário pensarmos o lugar das mulheres vítimas de violência doméstica como imbricada ao sistema econômico e social produtor de opressão e exploração que as colocam na base da pirâmide na hierarquia das relações de poder. Com base na teoria crítica materialista histórico-dialética, compreendemos o fenômeno da violência doméstica, suas múltiplas determinações inseridas na dinâmica de acumulação capitalista. Conforme apontou Filgueiras

(2010), as crises movem o capital; têm movimento cíclico e são próprias do seu modo de produção. Sob essa lógica, o capitalismo busca se reestruturar ao longo dos anos a fim de superar as próprias crises, reconstruindo os meios para manter sua acumulação e superexploração, o que simultaneamente reflete no aprofundamento da questão social, isto é, de suas expressões, o que rebate diretamente na agudização das desigualdades sociais, em geral, e de raça e sexo-gênero, em particular.

Sobre questão social, Marilda Villela Iamamoto (2001), autora filiada à tradição marxista, a define como sendo o

[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (IAMAMOTO, 2001, p.17).

Nessa perspectiva, as expressões da questão social são múltiplas, indissociáveis do modo de produção capitalista e produzidas por este, como o desemprego, exclusões sociais, desigualdades sociais étnico-raciais e de sexo-gênero, pobreza, violação dos direitos humanos, violência, dentre outros. Em matéria de Serviço Social, conforme Netto (2004), tais expressões representam a “raison d’être”⁴ da profissão; em outras palavras, sem a questão social a atuação profissional do/a Assistente Social altera seu sentido, o que significa que as suas manifestações conferem uma razão específica de ser ao seu trabalho, sendo, portanto, o objeto de sua atuação. Logo, conseqüentemente, tais expressões estão intrínsecas à exploração capitalista que socialmente produz a escassez para uns e abundância para outros, de modo que se expressam e se modificam sob novas e/ou mais agudas formas de manifestações de acordo com o estágio de desenvolvimento do sistema capitalista.

Inerente à sociedade capitalista, o fenômeno das violências em geral e, em particular, contra mulheres, em especial a violência doméstica, se aprofunda pelas expressões da questão social que são agudizadas pelas desigualdades sociais e de sexo-gênero produzidas na sociabilidade do capital, de modo organicamente

⁴ “Razão de ser”, tradução nossa.

articulado ao patriarcado, materializado na produção, reprodução e naturalização do sistema hierárquico e de poder masculino. Como afirmam Santos e Oliveira (2010), o aprofundamento das desigualdades sociais - expressões da questão social - na sociedade capitalista reverbera no aprofundamento das desigualdades entre homens e mulheres de modo a fortalecer as relações de opressão entre e os corpos.

A partir disso, faz-se necessário pensar o fenômeno da violência doméstica junto às desigualdades sociais, raciais e de sexo-gênero presentes no Brasil e no mundo, a fim de entender que os diferentes marcadores sociais - questões territoriais, étnico-raciais, questões econômicas e sociais - fazem com que este seja vivenciado de formas inter-relacionadas, com rebatimentos diferentes - e não universais - dentro das particularidades da classe trabalhadora considerando as diferentes mulheres. Logo, é fundamental pensar o fenômeno de maneira interseccional, entendendo que este se relaciona diretamente com as desigualdades econômicas e sociais, sobretudo as desigualdades entre homens e mulheres que estabelecem uma hierarquia nas relações entre os sexos, na qual o homem prevalece no topo da pirâmide e a mulher, em detrimento deste.

As intersecções, isto é, as inter-relações em que cada mulher se insere, por meio da ligação entre esses determinantes, fazem com que as experiências por ela vivenciadas, ou as opressões que experiencia, sejam sentidas/vividas de formas diferentes e também inter-relacionadas, mas nunca homogeneizadas. Nas relações de opressão em que a violência doméstica está inserida e retroalimentada, as relações de poder permeadas pelos sexos, raça e classe não configuram uma sobreposição de uma e outra, e sim sua unificação que - aliadas ou não - refletem em diferentes vivências do fenômeno da violência doméstica. Ou seja, os impactos do fenômeno aprofundados pelas expressões da questão social não são universais, mas eles se inter-relacionam de acordo com a vivência particular de cada vítima.

Para responder às necessidades da problemática de violência contra as mulheres como resposta às expressões da questão social, o Estado tem responsabilidade central na implantação de políticas sociais universais e interseccionais, com base no provimento das necessidades coletivas. Como argumentam Behring e Boschetti (2009), as políticas sociais e os padrões de proteção social surgem como respostas às múltiplas expressões da questão social

dentro da sociabilidade capitalista, produzidas por meio de sua própria dinâmica de acumulação.

A Constituição Cidadã de 1988 representa um marco legal para as políticas públicas e sociais e avanço dos direitos sociais, especialmente os direitos das mulheres que são frutos de muita luta do movimento feminista no Brasil. Por meio desse marco, a Seguridade Social passou a ter políticas relativas à saúde, previdência e assistência social, conferindo ao Estado suas organizações. Entretanto, conforme Mattei (2019) o Sistema de Seguridade Social a partir da Carta de 1988 foi marcado pela fragmentação da política, clientelismo e corrupção, impactando nos resultados destas até o final do século XX.

Ademais, na referida Constituição também foi conferido o direito à igualdade entre homens e mulheres, objetivando a não existência da hierarquização entre estes, seja dentro ou fora das relações conjugais. Como argumenta Eliane Maciel (1997), a equidade entre homens e mulheres firmada pela Carta de 1988 não impediu tratamentos diferenciados, como por exemplo a licença gestação na qual a mulher tem um tempo superior ao homem no que tange à licença paternidade; o incentivo para que as mulheres possam trabalhar de acordo com as leis que as protegem e, no que se refere à aposentadoria, as mulheres têm um prazo mais curto para consegui-la (MACIEL, 1997. p. 2). Isso é reflexo de uma sociedade imersa nas desigualdades sociais entre homens e mulheres, surgindo a necessidade de políticas e direitos que atendam tanto aos homens quanto às mulheres a fim de contribuir com a equidade nas relações sociais entre os sexos

Seguindo-se à conquista histórica da Constituição Federal de 1988 e o conjunto de direitos que garante, a partir de 1990 com o Governo Collor (1990-1992), a expansão do capital no Brasil vai se caracterizar pelo neoliberalismo e suas formas de exploração caracterizadas pela forte retração da ação do Estado e desmonte das políticas de Seguridade Social e dos serviços sociais públicos. Vivencia-se no país um período de baixa efetividade, desregulamentação e flexibilização da estrutura das políticas sociais asseguradas na Constituição com claro enfraquecimento da proteção social. O crescimento do desemprego amplia o alargamento das condições de pobreza e exclusão social, refletindo no aumento das vulnerabilidades, precariedades, informalidades e aprofundando da pauperização.

A partir do período supracitado até os dias atuais, as medidas do Estado neoliberal refletem as contradições mais profundas do sistema capitalista; há o fortalecimento do bloco econômico e precarização do atendimento às necessidades humanas, refletindo a desproteção pública como necessária à superação da crise, fortalecendo um país em um contexto pelo qual a precarização é tida como regra (DRUCK et al. 2019) à sua expansão e exploração.

Por consequência, esse cenário é refletido em precárias condições de vida e de existência das mulheres trabalhadoras, visto que, o aprofundamento das múltiplas expressões da questão social, as desigualdades de sexo-gênero, enfraquecimento dos direitos sociais e políticas públicas, resulta em que as redes de enfrentamento às violências contra mulheres sejam fragmentadas, precárias e fragilizadas em todo o território nacional, dificultando o devido enfrentamento da problemática e agudizando as questões de violência doméstica.

Nessa conjuntura, mais especificamente, a partir de 2015 com a ruptura do governo Dilma Rousseff e o golpe jurídico parlamentar que a destituiu, vão se aligeirar impondo forte regressão das políticas sociais e direitos conferidos pela Carta de 1988. As políticas sociais para as mulheres vão perdendo o seu caráter universalista de garantia da cidadania, igualdade e melhoria das suas condições de vida, e suas formulações, delineando o que Silveira (2004) argumenta - em um cenário no qual as implementações das políticas sociais retrocedem -, também retrocedem, seu teor igualitário e inclusivo, visando a distribuição de renda para os diferentes grupos sociais, de modo a considerar as categorias raciais, de gênero, orientação sexual, dentre outras, numa perspectiva de construir cidadanias democráticas.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a partir de 1990, com os governos Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso com a agenda neoliberal, e a partir dos anos de 2016 e 2017, período pós-golpe, as políticas sociais vão se segmentando e perdendo seu caráter compensatório frente às desigualdades. A responsabilidade do Estado diminui drasticamente no que tange a preservação dos direitos sociais e dificulta a efetivação das políticas públicas para as mulheres e o seu lugar essencial enquanto política de promoção da igualdade, capaz de atender às diferenças, desigualdades e opressões de sexo-gênero.

A exemplo, no ano de 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016), conferindo o congelamento dos gastos sociais por vinte anos, o que rebate diretamente nas políticas de proteção social e nas políticas para as mulheres, num país permeado por desigualdades sociais. Parece-nos crucial, assim, o investimento do Estado na formulação e implementação de políticas inclusivas de sexo-gênero, levando em consideração a inter-relação entre raça/etnia, gênero, classe, etc., para a promoção de políticas que visem alterar a lógica da desigualdade que, sustentada pelo patriarcado, coloca a mulher em lugar subordinado.

3.1 A realidade da Violência Doméstica e de Feminicídios no Brasil - dados conjunturais

A violência doméstica está engendrada na ordem patriarcal, no sistema capitalista e encontra-se enraizada em nossa sociedade, o qual subjuga mulheres, explora sua força de trabalho, conserva estas disparidades e contribui para a elevada ocorrência das violências contra mulheres.

Apesar da importância das políticas e instrumentos criados para o enfrentamento da violência contra mulher, avanços normativos e de mecanismos para conter o avanço dos casos de violência, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio, as Centrais de Atendimento 190, Ligue 180 e Disque 100⁵, os Centros de Referência de atendimento à Mulher (CRAM), as Casa-Abrigo, as Delegacias Especializadas de Atendimento à mulher (DEAM), entre outros serviços públicos, os dados da violência doméstica contra as mulheres no Brasil são alarmantes e o problema persiste e cresce na atualidade.

De acordo com a pesquisa *Redes de apoio e saídas institucionais para mulheres em situação de violência doméstica no Brasil*, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão/Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica - IPEC - (2022), estima-se que 36% das brasileiras já foram vítimas de violência doméstica. Conforme o Atlas da Violência (2018) a cada 2 horas uma mulher foi assassinada no Brasil, totalizando 4.519 vítimas (IPEA; FBSP, 2018). Tais dados evidenciam a

⁵ A Central de atendimento 190 é o número que a Polícia Militar é acionado para casos de socorro imediato. Ligue 180 é destinado para o enfrentamento de violência contra as mulheres, pode-se realizar denúncias, além de receber informações relativos a processos e de encaminhamento a rede de serviços especializados para mulher em situação de violência. Disque 100 é um serviço de informações e denúncias para casos de violações de direitos humanos.

importância de compreender a realidade brasileira frente ao fenômeno, pois se manifesta como um agudizado e complexo problema social no país.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018-2022), entre os anos de 2016 a 2021 há uma crescente nos índices de violência doméstica, como está descrito na tabela 1; de 2018 até 2020 os números decaem e voltam a crescer no ano de 2021. Deve-se considerar a questão crônica da subnotificação de casos de violência bem como o contexto pandêmico que marcou esse período.

TABELA 1 - Lesão Corporal Dolosa - Violência Doméstica no Brasil (2016 - 2021)

2016	2017	2018	2019	2020	2021
223.050	252.895	263.067	246.664	227.753	230.861

Fonte: Elaborada pelas autoras com base no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018, 2019, 2020, 2021, 2022).

A pesquisa Datasenado indica que a percepção de 86% dos participantes da pesquisa sobre a violência doméstica no ano de 2021 é que esta aumentou e, paralelamente, 66% dos brasileiros afirmam ter visto situações de violência doméstica (SENADO FEDERAL, 2021); apesar dos números absolutos apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) demonstrarem uma oscilação do índice de violência doméstica, fica evidente que nos últimos anos esse tipo de violência cresceu, o que é verificável no gráfico abaixo.

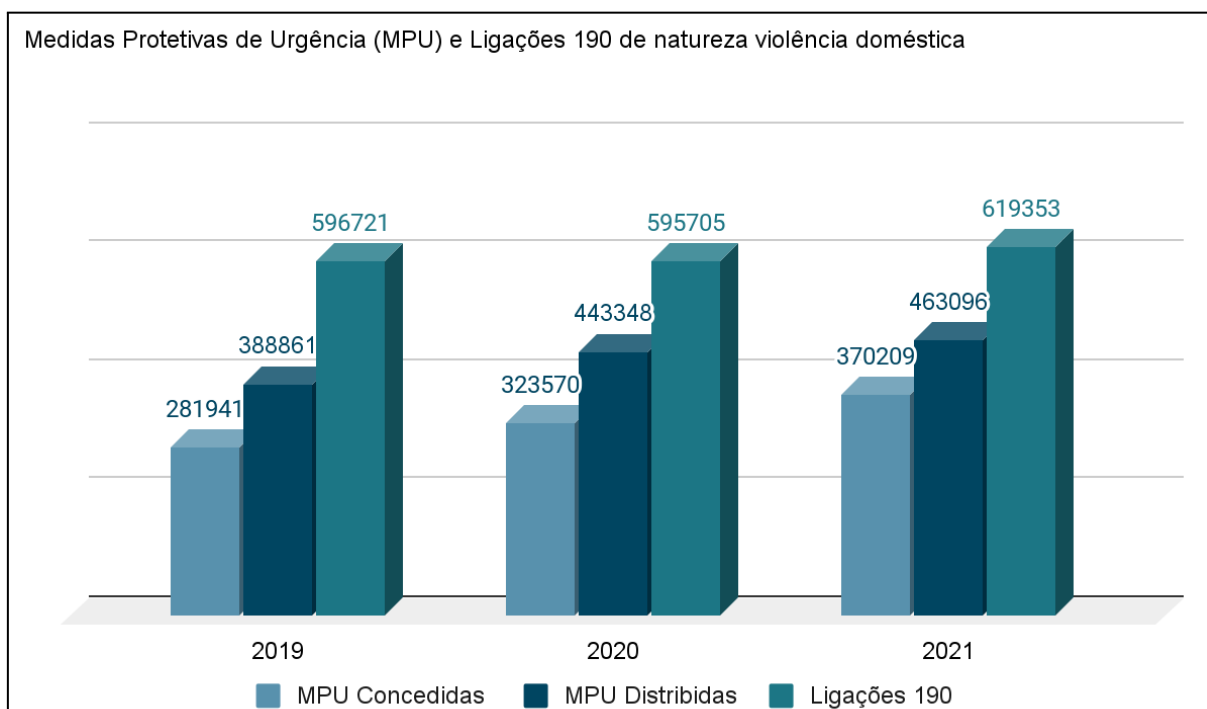


Gráfico 1 - Medidas Protetivas de Urgência (MPU e ligações 190 de natureza violência doméstica).
 Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018, 2019, 2020, 2021, 2022).

O gráfico apresenta um comparativo entre as ligações para o 190 de natureza de violência doméstica e Medidas Protetivas de Urgência distribuídas e concedidas⁶ de 2019 a 2021. Inequívoco que o número de ligações para o 190 é maior que os demais indicadores, todavia vemos um contraste no que se refere às MPU distribuídas e concedidas. As Medidas Protetivas de Urgência são mecanismos criados pela Lei Maria da Penha, que objetivam proteger mulheres em situação de risco de vida. Vê-se que a violência doméstica vem crescendo no Brasil e que, ao mesmo tempo, persistem problemas para combater tal fenômeno, a fragilidade na efetivação das políticas públicas, principalmente de 2016 até 2022 foi marcado por perda de direitos, contrarreformas e desfinanciamento do sistema da proteção social (FRANCO; TAVARES, 2017).

Muitas são as violências direcionadas às mulheres, sendo o feminicídio sua mais cruel expressão, pois o termo indica a ocorrência da morte violenta de mulheres, motivadas por razões de gênero, ou seja por serem mulheres ou derivada

⁶ Quando as Medidas Protetivas estão na fase de distribuição, isso significa que ela está na mão do juiz, quando concedida significa que a sentença foi favorável à vítima.

de violência doméstica. O crescimento do feminicídio na última década é preocupante, como possível estágio de violência doméstica e conjugal.

TABELA 2 - Número de Feminicídios no Brasil (2016 - 2022)

2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022⁷
929	1.075	1.229	1.330	1.354	1.341	699

Fonte: Elaborada pelas autoras com base no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018, 2019, 2020, 2021, 2022).

A tabela 2 apresenta os números de feminicídio de 2016 a 2022, cujos dados se apresentam de forma crescente, com exceção entre o ano de 2020 e 2021 que tem uma pequena diminuição - o que pode ter relação com o contexto pandêmico e o aumento da subnotificação. Ainda não foram divulgados os dados referentes ao segundo semestre de 2022.

No que se refere ao perfil das vítimas de feminicídio, mulheres negras são 66% das vítimas, 37,1% são jovens de até 29 anos, sendo que em 89,9% das ocorrências o/a agressor/a parceiro íntimo ou ex-parceiro; geralmente o local da agressão é a própria residência, com percentual de 58,9% (CRIOLA, 2021).

Leila Garcia (2016), explica que a maioria dos casos de violência contra a mulher ocorrem no ambiente privado, sendo perpetrada por familiares, conhecidos, ou pessoas com as quais a mulher teve e/ou tem uma relação afetivo-conjugal. Esse fato contribui para a ocorrência de subnotificação dos dados de violência, visto que muitas vezes, a convivência com o agressor impede a mulher de realizar denúncias.

Em conformidade com o Instituto Patrícia Galvão/Ipec (2022), das tipologias das vítimas de violência doméstica há maior prevalência da violência psicológica, o estudo aponta que entre as entrevistadas, 27% sofreram este tipo de violência, seguido da violência física, o qual representa 17% das entrevistadas. Por fim, os demais percentuais são de violência moral indicam 13% das entrevistadas, 7% de violência patrimonial e 10% referente a violência sexual, sendo uma em cada dez declararam ter sofrido violência sexual de parceiro íntimo (atual ou ex).

⁷ Número de feminicídios referente ao primeiro semestre de 2022, não foi localizado no Fórum Brasileiro de segurança pública o número absoluto de casos no ano todo, porque trata-se de pesquisa contínua que esta organização realiza após a divulgação das Secretarias Estaduais de Segurança ou Defesa Social. Contudo escolhemos utilizar o dado pois feminicídio no primeiro semestre de 2022 foi maior do que no primeiro semestre de 2021, enquanto em 2021 foi registrado 677 casos e em 2022 foi registrado 699, um crescimento de 3,3% (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO IBDFAM, 2022).

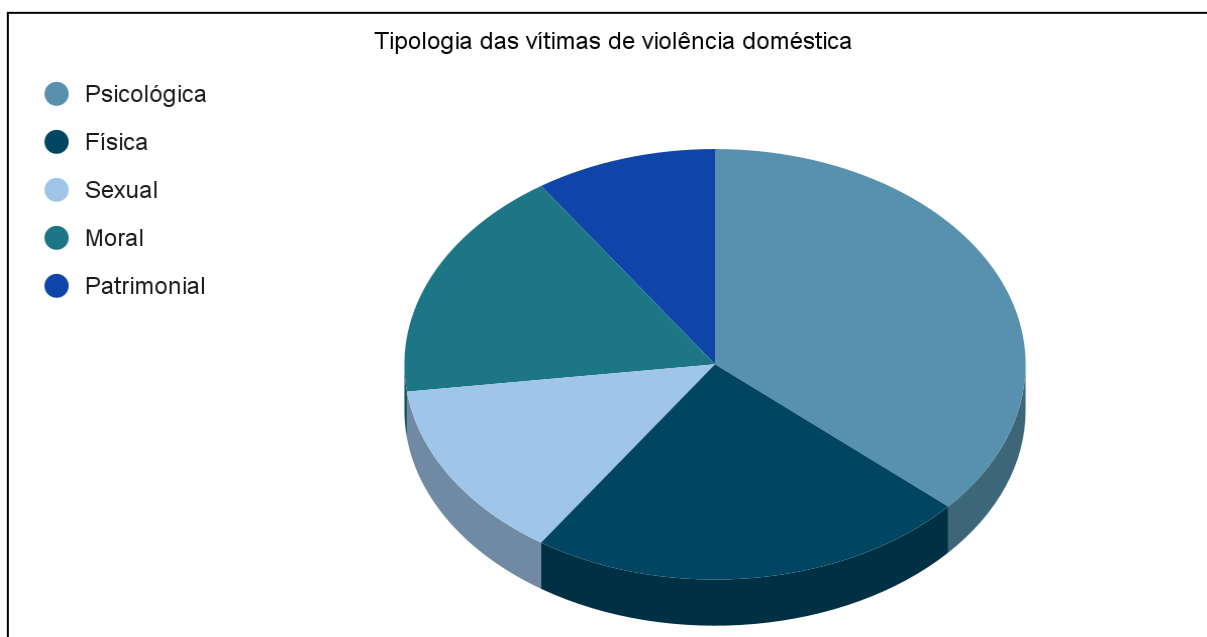


Gráfico 2 - Tipologia das vítimas de violência doméstica.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na pesquisa Redes de apoio e saídas institucionais para mulheres em situação de violência doméstica no Brasil realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e IPEC (2022).

A análise dos dados de violência doméstica, demonstram uma predominância relativa às mulheres negras; conforme Carrijo e Martins (2020), isso se deve a dois aspectos inteiramente ligados: racismo e machismo. O racismo é uma estrutura de poder secular que se sustenta e se reproduz imbricado ao sistema econômico excludente (MADEIRA; GOMES, 2018). Já o machismo é inerente ao sistema patriarcal, sistema no qual homens detêm o poder e predominam espaços de liderança política, moral e social (CFESS, 2019). Dessa forma, o machismo é um preconceito que se opõe à igualdade entre sexo-gênero, no qual através de palavras, ideários e ações, coloca os homens como superiores às mulheres (ibidem); assim, ao analisar os dados de violência doméstica no Brasil, vemos que tais aspectos se interligam. Não podemos de forma alguma deixar de lado a formação sociohistórica do Brasil, uma vez que o país foi colonizado, explorou mão de obra escravizada negra e indígena; vale o destaque, nesse sentido, das violações perpetradas contra as mulheres escravizadas, logo, os índices de violência contra a mulher também demonstram a interferência histórica, social e econômica herdada pelo nosso passado.

TABELA 3 - Casos de violência doméstica contra mulher no Brasil negra e não negra entre os anos de 2020 - 2022

	Negra	Não Negra	%
2020	28.155	19.315	68,60%
2021	35.118	24.101	68,63%
2022	42.477	30.084	70,82%

Fonte: Elaborada pelas autoras com base no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018, 2019, 2020, 2021, 2022).

Entende-se que as sequelas do passado histórico do Brasil, fundado a partir de um regime de exploração colonial de base patriarcal, se espalham até os dias atuais. Nos últimos três anos, a violência doméstica contra mulheres negras tem aumentado, enquanto contra as mulheres não negras tem diminuído, isso significa que mulheres negras sofrem dupla violência: a violência de serem mulheres e a de serem negras. Segundo dados do FBSP de 2021, os casos de violência doméstica contra as mulheres negras têm crescido e, em comparação com 2020, o aumento é de mais de 50% de casos no ano de 2022, ou seja, os casos dobraram em apenas dois anos.

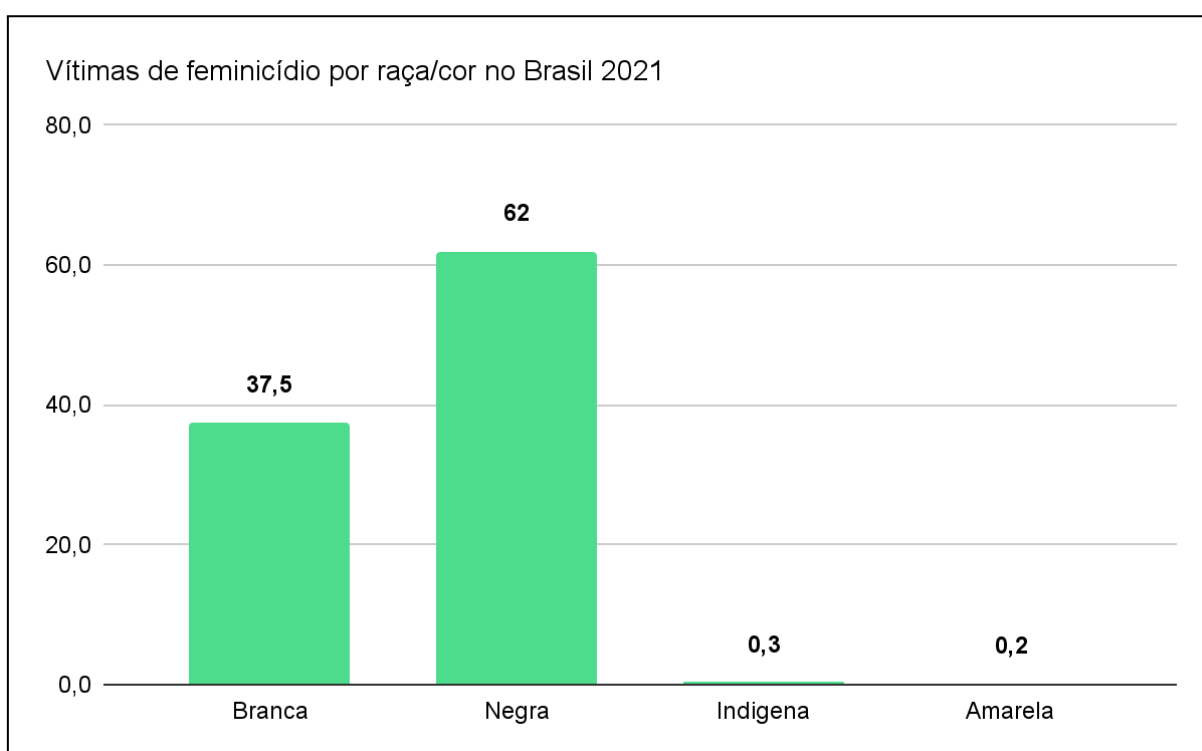


Gráfico 3 - Vítimas de feminicídio por raça/cor no Brasil 2021.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021).

Da mesma forma acontece com o número de feminicídios, segundo o FBSP em 2021 foram contabilizados 1.341 feminicídios e a maioria das vítimas são mulheres negras. O registro é de que 62% das mulheres assassinadas por causa de gênero são negras, enquanto 38% são mulheres não negras. Segundo Jurema Werneck, o crescimento de violência doméstica e feminicídio de mulheres negras está ligado à ineficiência das leis protetivas, a Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio, que não estão garantindo a plena proteção de mulheres negras (FUNDO ELAS, s.d.). Tais elementos são fundamentais para o conhecimento das violências e para a adoção de estratégias de prevenção e intervenção. A maior divulgação de informações pode subsidiar a elaboração e qualificação das políticas públicas e o investimento em ações integradas e intersetoriais planejadas pelo regulador econômico-social: o Estado.

No que se refere aos dados da violência doméstica na região Nordeste, faz-se necessário destacar que as mulheres nordestinas estão inseridas numa realidade de violências acentuadas. Segundo estudo da Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PCSVDF Mulher), a cada 10 mulheres nordestinas, 3 já vivenciaram pelo menos um episódio de violência ao longo da vida - o percentual é de 27% (CARVALHO; OLIVEIRA, 2016). De acordo com dados levantados pelo FBSP (2018 - 2022) e analisando os números absolutos dos casos de violência doméstica e feminicídio na região Nordeste dos anos de 2016 a 2021, observamos uma crescente do fenômeno entre 2016 a 2018. Já no ano de 2020 é mais perceptível um declínio com relação às violências contra mulheres, especialmente a violência doméstica; entretanto os números de vítimas de feminicídio encontram-se em constante crescimento no mesmo ano. Vide tabela abaixo:

TABELA 4 - Violência doméstica e Feminicídios: Pernambuco e Nordeste (2016 - 2021)

	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA		FEMINICÍDIO	
	Nordeste	Pernambuco	Nordeste	Pernambuco
2016	38.971	6.779	248	112
2017	48.524	7.346	334	76
2018	48.199	8.530	346	74
2019	41.761	9.806	396	57
2020	32.632	9.757	409	75
2021	32.260	9.090	397	86

Fonte: Elaborada pelas autoras com base no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018, 2019, 2020, 2021, 2022).

No tocante à realidade do fenômeno no estado de Pernambuco, observamos a mesma tendência nacional de crescimento. Pernambuco é considerado um dos cinco estados mais violentos do Brasil desde 1979 e quando se trata da violência doméstica contra as mulheres, segue a mesma propensão (SARAIVA; RODRIGUES, 2010). Os dados no estado apontam que entre 2016 a 2019 a violência doméstica aumentou, tendo uma pequena diminuição a partir de 2020, isto é, após o início da pandemia. Entretanto, seguindo uma perspectiva contrária, no que se refere ao feminicídio, os números decaem consideravelmente entre 2016-2019 e crescem a partir da pandemia (2020).

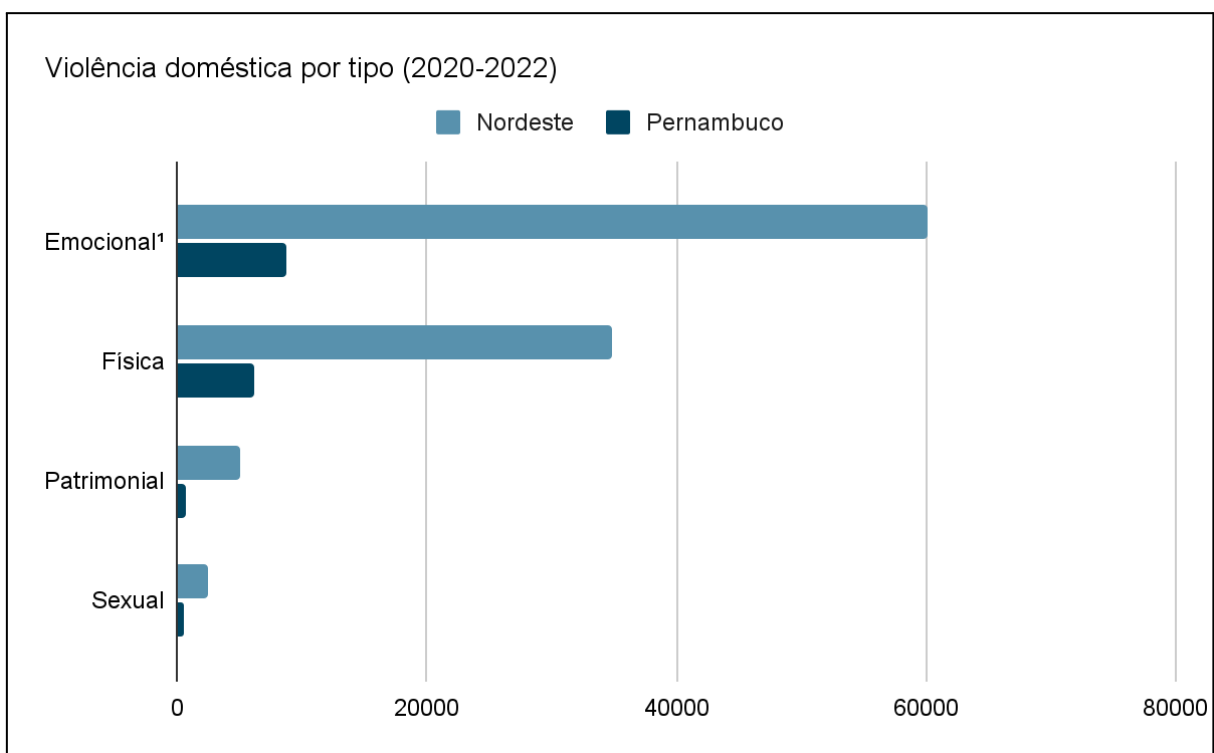


Gráfico 4 - Violência Doméstica por tipo, total dos anos 2020 a 2022.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base dados Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH nos anos de 2020-2022).

Conforme o gráfico, segundo as denúncias registradas nas centrais de atendimento “Disque 100” e “Ligue 180” (Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos - ONDH, 2020-2022) foi predominante em todos os anos a violência emocional - violência psicológica e moral - e violência física, seguidos de violência patrimonial e sexual, o percentual é de violência emocional é de 58.61% dos casos no Nordeste e

54.29% em Pernambuco, de violência física a porcentagem é de 34.01% na região nordestina e em Pernambuco é de 37,87%. Apesar do produto dos dados apresentarem a violência psicológica/moral e física como evento frequente este ainda é produto da subnotificação, pois tal dinâmica encontra-se por vezes naturalizada diante dos estereótipos do ser homem e ser mulher (MEDEIROS; CAMPOS, 2020).

Para além disso, a preponderância da violência psicológica/moral sucede ao fato de esta ser uma violência silenciosa, e em muitos casos difícil de identificar, pois não deixa marcas visíveis; entretanto, suas consequências podem causar danos irreversíveis à vida das vítimas (ALVES et al., 2022).

Romper o silêncio pode gerar ainda mais situações desfavoráveis para as vítimas, pois como aponta Eriza Parente et al. (2009 apud ALVES et al., 2022), diz que Montserrat Sagot ao entrevistar 400 mulheres, identificou que a falta de apoio e o sentimento de vergonha impediram o ato da denúncia. Tal fato evidencia a percepção e experiência das vítimas com relação às instituições de combate a violência, o que é prejudicial ao enfrentamento da problemática, pois estas são fundamentais para contribuir e viabilizar a denúncia e a proteção das vítimas, e em alguns casos acabam por inibir a denúncia (PARENTE et. al., 2009, p. 461 apud ALVES et al., 2022). Com efeito, as dificuldades e obstáculos que atravessam a realidade das mulheres em situação de violência, contribuem, por vezes, para a manutenção da relação com o/a agressor/a e, conseqüentemente, ao desgaste emocional e revitimização (ibidem).

Como já mencionado, a violência doméstica e intrafamiliar acontece principalmente dentro da própria casa da vítima, praticada por membro ou membros da família. O lar, é comumente tido como lugar de acolhimento e de conforto, no entanto, nestes casos, este se torna um ambiente de perigo contínuo que resulta em medo e ansiedade permanentes para quem vivencia. Contudo, cabe ressaltar que os números apontados não apresentam a totalidade real de vítimas, visto que, em casos de violência doméstica há a prevalência de subnotificação e entende-se que “[...] a subnotificação seja interpretada não como um conjunto de dados ocultos que precisam ser forçados a se revelar” (KIND et al., 2013). De acordo com os dados apresentados observamos que nos últimos anos alguns tipos de violências contra mulheres diminuíram, porém o feminicídio aumenta. A diminuição de casos de

violência doméstica pode ser consequência da subnotificação, principalmente no ano de 2020 no qual o mundo vivenciou a crise sanitária decorrente do vírus SARS-CoV-2.

A pandemia de COVID-19 só acentuou a problemática em questão, visto que está/esteve presente em todos os tempos. Muitos são os fatores que devem ser considerados quando se trata do ato de denúncia pela mulher em situação de violências, entre os quais: vínculo afetivo, medo de retaliação, falta de rede de apoio, julgamentos, dependência financeira, descrença ou falta de informação sobre sistema de proteção do Estado, precariedade de serviços especializados de combate à violência contra a mulher, entre outros (BIANCHINI, 2011; SOARES et al., 2005; CORDEIRO, 2018).

Segundo os dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) (2020-2022), nos referentes anos, o perfil das vítimas e relação com o suspeito, alguns aspectos se destacam:

- A maior parcela das vítimas estão dentro da faixa etária de 30 - 49 anos, a porcentagem no nordeste é de 51,93% e em Pernambuco é de 51,29%.
- Na região nordeste 70,19% das vítimas de violência doméstica são mulheres negras, em Pernambuco o índice é um pouco menor, a porcentagem é de 61,17%.
- No Nordeste 62,44% possuem renda de até 1 salário mínimo. Em Pernambuco 63,14% possuem renda de até 1 salário mínimo.
- Há uma prevalência de violência conjugal, visto que a maioria dos superiores são atuais ou ex-parceiros da vítima. Os percentuais são: no Nordeste 72,81% e no Estado de Pernambuco é de 68,17%.

De acordo com os apontamentos, observamos que a maioria são mulheres negras, na faixa etária entre 30 e 49 anos, em situação de vulnerabilidade econômica e que a violência é perpetrada por ex ou atual parceiro íntimo. Ressalta-se que conhecer o perfil de vítimas e de agressores é necessário para a implementação/aprimoramento de políticas públicas de combate a violência pelo Estado.

TABELA 5 - Mulheres vítimas de Violência Doméstica e Familiar em Pernambuco por Região (2016 - 2022)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECIFE	8.519	9.571	10.525	10.668	9.363	9.449	9.276
REGIÃO METROPOLITANA	8.576	8.269	9.718	10.672	10.547	10.092	11.246
INTERIOR	14.464	15.738	20.154	21.401	21.769	21.672	23.230

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em dados da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco SDS- PE (2012 - 2022).

No estado de Pernambuco, a violência doméstica é ainda mais agudizada nas cidades interioranas, como vemos na tabela acima. Destaca-se a dificuldade de acesso a serviços especializados por milhares de mulheres. Em relação às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), apesar de haver uma descentralização da capital: - Recife, Jaboatão dos Guararapes, Petrolina, Caruaru, Paulista, Surubim, Goiana, Garanhuns, Vitória de Santo Antão, Afogados da Ingazeira, Cabo de Santo Agostinho⁸ -, a distribuição não atende a todas as cidades o que acrescenta muitos desafios ao processo já difícil de ruptura com a situação violenta vivenciada. De acordo com Saraiva e Rodrigues (2010):

“[...]mulheres que vivem em contextos rurais estão mais vulneráveis à violência, pois, as políticas públicas, pensadas para o contexto urbano, não as alcançam, bem como, as dificuldades inerentes a esse contexto específico agravam a violência e contribuem para a sua invisibilidade.” (SARAIVA; RODRIGUES, 2010, p. 2)

Como visto, os serviços destinados ao enfrentamento da violência doméstica também encontram-se em sua maioria na capital pernambucana e região metropolitana, o que significa que as mulheres do interior de Pernambuco vivenciam novas roupagens de violência, sendo necessário, entre outras dificuldades, deslocar-se para outro município. Torna-se fundamental a oferta de uma rede de enfrentamento e combate a violências que assegure a integração dos sistemas de saúde, justiça e segurança pública, com ações de prevenção e assistência.

3.2 Agudização da problemática no contexto pandêmico

A pandemia da COVID-19 teve início através de uma epidemia em Wuhan na China no final de 2019, sendo que o vírus se propagou muito rapidamente,

⁸ http://www.policiacivil.pe.gov.br/images/media/endereos_e_telefones_24.04.2017.pdf

causando o que, poucos meses depois, conheceríamos como uma das crises sanitárias mais difíceis de conter pelos seus impactos e consequências (WERNECK; CARVALHO, 2020). Inicialmente, pouco se conhecia além do novo coronavírus, mas que resultou numa pandemia logo no início de 2020, com altos números de pessoas infectadas em pouco tempo e com alta taxa de letalidade. Com o objetivo de tentar diminuir as taxas de contágio, as autoridades tomaram medidas de quarentena, com isolamento e distanciamento social, incluindo o fechamento do comércio, empresas e serviços não essenciais, além dos locais que poderiam promover aglomeração de pessoas, fossem esses públicos e privados. No Brasil, a pandemia soma-se a expressões agudizadas da questão social como a precarização dos trabalhos e da vida, racismo estrutural, desigualdade de sexo-gênero, patriarcado e múltiplas situações de violências. Parafraseando Potyara Pereira (2011), é nos momentos de crise que o capitalismo rompe com os valores e direitos herdados e escancara nossas “mazelas”. A citação de Potyara reflete perfeitamente o momento que vivemos no Brasil e no mundo; a pandemia desnudou as expressões da questão social, que sempre estiveram presentes na nossa história.

A acumulação capitalista constrói o modo capitalista de produção e a sociedade de classes, a qual produz desigualdades socioeconômicas que não são nenhuma novidade no contexto brasileiro. Os reflexos da sociedade capitalista acometem a toda classe trabalhadora, para Iamamoto (2001, p.11), “a questão social é indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras”. Dessa maneira, a crise sanitária também se revela como uma crise do capital e, ao contrário do que defendem neoliberais capitalistas, a pandemia aprofundou a crise econômica e social já existente (GRANEMANN; MIRANDA, 2020). Tal conjuntura contribuiu para maior fragilização do sistema de proteção social assegurado constitucionalmente no país, que previa a implementação das políticas sociais universais e incluía o investimento na superação da violência contra a mulher.

Apesar do estabelecimento do arcabouço legal e da existência de uma rede de enfrentamento à violência doméstica, na conjuntura pandêmica os dados nacionais revelaram índices mais elevados. De acordo com a pesquisa “Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, do Datasenado (2021), no último ano (2021), cerca de 68% das mulheres responderam que conhecem uma ou mais mulheres

vítimas de violência doméstica e intrafamiliar; 75% delas apontaram o medo como fator que leva a mulher a não denunciar a violência (AGÊNCIA SENADO, 2021).

TABELA 6 - Lesão Corporal Dolosa - violência doméstica e Feminicídio no Brasil primeiro semestre (2019 - 2020)

	Violência doméstica	Feminicídios
2019	122.948	636
2020	110.791	648

Fonte: Elaborada pelas autoras com base dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020).

Segundo o FBSP (2020), em comparação a 2019, a violência doméstica teria diminuído, conforme apresentado nos números absolutos, em uma queda de 10,5% dos casos. Em contrapartida o fenômeno do feminicídio aumentou nos últimos anos, em conformidade com dados recolhidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), indicando uma crescente de feminicídio entre os anos de 2019 e 2020, no qual registrou-se 636 feminicídios no primeiro semestre ano de 2019 e em 2020 o total foi de 648 (ibidem). Para além disso, ainda em 2020 nos meses de Fevereiro a Maio o número de feminicídio foi de 467, apresentando um aumento de 22% em comparação com o ano anterior (ibidem). Destaca-se que esse período foi o do início da pandemia de COVID-19, quando muitas mulheres, já em situação de violência, estavam isoladas com seus agressores.

Conforme dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), (PODER360, 2020), na primeira semana de pandemia e do isolamento social, houve um aumento de quase 9% de denúncias para o Ligue 180. As ligações registradas pelo 190 também cresceram, em comparação ao primeiro semestre de 2019 e 2020, o percentual de crescimento foi de 3,64%. É importante frisar que neste período houve uma série de investimentos e ampliação de outros canais de denúncia por meio digital, como a possibilidade de denunciar por meio de delegacias digitais e também pelas plataformas Disque 100 ou Ligue 180; dada as dificuldades de ligar estando ao lado do parceiro, o MMFDH passou a oferecer serviços pelo WhatsApp e pelo aplicativo “Direitos Humanos Brasil”.

Entretanto, faz-se necessário refletir acerca da efetividade do atendimento da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres no momento posterior aos registros das denúncias e, a partir disso, refletir sobre medidas que caminhem juntas à ampliação das denúncias em plataformas digitais e que atendam às demandas de

proteção e cuidado das mulheres, pois a violência pode ser ainda mais aprofundada sem o atendimento necessário, amparo, proteção e punição adequados. Conjuntamente, o que se observou é que no Brasil poucas medidas foram tomadas para enfrentar a violência doméstica contra as mulheres durante a pandemia, para além dos investimentos na criação/adaptação de aplicativos online, plataformas digitais e canais telefônicos para realização de denúncias, com exceção do Projeto de Lei 1.444, estabelecido em junho de 2020, em que outras medidas de urgência foram definidas, como o reconhecimento de que os serviços de atendimento às mulheres são essenciais e deveriam permanecer abertos seguindo os protocolos sanitários; atendimento psicológico através dos canais “Ligue 180” e “Disque 100”; garantia do recebimento do auxílio emergencial para mulheres em situação de violência e com medida protetiva; atendimento ininterrupto nas Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher que também deverão proporcionar atendimento domiciliar para registro de boletim de ocorrência (SENADO FEDERAL, 2020). As medidas foram muito importantes, mas observa-se que foram tomadas tardiamente e estabelecidas após o exponencial crescimento do feminicídio, como informa Agência Senado: o aumento de feminicídio 22,2% em 12 estados brasileiros entre eles o Acre no qual o crescimento foi extremamente alarmante, um crescimento percentual de 300% dos casos de feminicídio.

A subnotificação das violências contra mulheres ainda é um enorme obstáculo, ao lado da regressão de direitos, diminuição orçamentária, baixos investimentos nas políticas sociais e serviços públicos contribuem para a dificuldade da operacionalização eficiente da rede de enfrentamento em todo o Brasil (SOUZA; FARIAS, 2022).

4 TECITURA DAS REDES DE ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES NO BRASIL

4.1 Incidência política feminista - Mulheres em Movimento

Como aponta Gohn (2000) os movimentos sociais se constituem e se expressam em ações coletivas e sociopolíticas, por pessoas que, a partir de demandas comuns, unem-se somando forças sociais no campo político. Em meio a conflitos, disputas, necessidades e faltas impostas pelo sistema capitalista desigual, forças coletivas se articulam, atores sociais compartilham vivências e produzem o movimento. Nesse sentido, a contribuição dos movimentos sociais, suas lutas e articulações corporificam reivindicações e contribuem para, ainda que em pequena escala, a conquista de interesses coletivos.

O feminismo é uma teoria social e, ao mesmo tempo, um movimento político; como tal, tem contribuído com a problematização das desigualdades de sexo-gênero naturalizadas no patriarcado e sustentadas pelo capitalismo. Como movimento mundial, denuncia os sistemas articulados de dominação, os quais reproduzem exploração e opressão das mulheres; outrossim, com um discurso emancipatório, mobilizações e lutas contínuas têm alcançado o reconhecimento dos direitos das mulheres e provocado reformas no sistema jurídico-legal, bem como fomenta a superação de práticas opressoras na sociedade.

Historicamente, mulheres são subalternizadas no padrão hierárquico de sexo-gênero, o qual naturaliza a desigualdade entre homens e mulheres. É desnecessário ressaltar que tal padrão provoca consequências sociais, políticas, culturais e econômicas que rebatem na vida das mulheres. Reconhecendo a pluralidade dos movimentos feministas, de modo genérico, as ideias de liberdade e igualdade são estruturantes no debate e luta feminista (HEYWOOD, 2010 apud CAMPOS, 2017). Assim, ao compartilharem e se conscientizarem sobre o lugar subalterno que lhes é imposto na organização social generificada, as mulheres podem se identificar em experiências comuns de opressão e subordinação e se constituírem enquanto sujeitos coletivos e agentes de mudança, a fim de redefinir sua posição na sociedade.

A crítica à distinção entre esfera pública e privada também é central nos movimentos feministas, visto a naturalização da ideia de que o homem deve ocupar as esferas públicas como as responsabilidades econômicas e políticas, e as

mulheres, a esfera privada, da família, de cuidados domésticos e da priorização dos papéis reprodutivos (CAMPOS, 2017). Nesse contexto de antagonismos, evidencia-se a necessidade da ação coletiva para a superação da opressão e a construção de relações igualitárias.

Na conjuntura nacional, como movimento social e político, o feminismo surge no Brasil em 1975 e expande-se gradativa e coletivamente os debates públicos em torno das relações de poder, igualdade e desigualdade, e democracia (PITANGUY, 2002). Nesse período, foram lançados jornais feministas como: Brasil Mulher (1975 - 1980), Nós, Mulheres (1976-1978) e Mulherio (1981 - 1988); associações foram criadas e a pauta-se a discussão da posição das mulheres nas esferas familiar, educacional, no mercado de trabalho, no campo da saúde e ressalta-se a problemática das violências. O final da década de 1970 no Brasil, ainda sob o regime militar, foi marcado pelo surgimento de novos atores políticos que se opunham ao autoritarismo ditatorial e levantavam bandeiras emancipatórias contra todas as formas de discriminação e desigualdades, sobretudo as desigualdades de sexo-gênero (PITANGUY, 2002). Nos finais da década de 1980 e na década de 1990 inicia-se no Brasil o que Marcelo Braz (2012) destaca como terceira fase do debate dos movimentos sociais, que se expressa no panorama de continuidade à democratização brasileira, marcando um “momento o qual começou a se estabelecer enquanto uma oportunidade política favorável à ação dos movimentos sociais em busca de influenciar o âmbito das políticas públicas” (CAMPOS, 2017, p. 46). Foi característico do período a institucionalização das lutas sociais, o crescimento dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais – entre estes os feministas.

As feministas atuaram e atuam politicamente denunciando o patriarcado, as relações desiguais de sexo-gênero, a subalternização historicamente imposta às mulheres e apresentando um projeto de erradicação dessa ordem. No contexto da Ditadura Militar brasileira, os movimentos feminista e de mulheres mobilizaram-se em prol do Estado democrático de direito e a favor dos direitos das mulheres; assim, os movimentos feministas reuniram mulheres de diferentes segmentos e juntas buscaram a interlocução com sindicatos, universidades alcançando a expansão dos debates e de suas reivindicações.

Os primeiros passos feministas foram, portanto, no sentido de estabelecer uma presença pública no país, alcançar legitimidade para sua pauta de reivindicações, ampliar sua base de militância introduzindo-se em outros espaços organizacionais (PITANGUY, 2002, p. 27).

Conforme destaca Jacqueline Pitanguy (ibidem), a partir de 1979, a busca dos movimentos feministas brasileiros por interlocução com o legislativo para apresentar suas pautas aos partidos foi uma característica marcante. A partir disso, espaços institucionais puderam ser reivindicados e constituídos em alguns estados da federação. Ademais, os movimentos feministas no Brasil seguiram a trilha das lutas internacionais por suas experiências em advocacy⁹ e pelas estratégias estabelecidas para fortalecer suas pautas e inseri-las na agenda do Estado (PITANGUY, 2002). Vale ressaltar, também, que dada a conjuntura do regime militar, as demandas dos movimentos feministas passaram a ser incorporadas a partir do processo de democratização datado da década de 1980.

A partir disso, espaços institucionais puderam ser reivindicados e constituídos em alguns estados: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Conselhos da Condição Feminina (São Paulo), Conselho dos Direitos da Mulher (Minas Gerais e Rio de Janeiro). A implantação da primeira Delegacia da mulher localizada na cidade de São Paulo, responsabilizou os governos pela defesa das mulheres em situação de violência nos âmbitos públicos e privados (PASINATO; SANTOS, 2008). As DEAMs foram criadas afirmando o compromisso de enfrentamento da violência contra as mulheres pelo governo brasileiro frente aos organismos internacionais.

Em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado pela Lei n. 7.353 no contexto da Conferência Internacional de Mulheres (1985) em Nairobi; representou importante marco histórico para formulação e acompanhamento das políticas públicas voltadas às mulheres, bem como para o reconhecimento da desigualdade entre homens e mulheres e a importância da articulação coletiva feminista; teve relevante papel na Constituição de 1988, bem como nas

⁹ “A advocacy constitui-se numa estratégia chave para garantir os direitos humanos das mulheres e ampliar sua cidadania, e [...] aumentar seu poder de influenciar o processo de tomada de decisões, a implementação de políticas públicas e leis igualitárias e o cumprimento dos acordos internacionais.” (LIBARDONI, 2000).

Conferências e Convenções internacionais e nacionais. Vale frisar que as pautas feministas de superação da desigualdade de sexo-gênero e pela promoção da igualdade, autonomia, liberdade e combate às violências e direcionadas às mulheres, foram incorporadas à Constituição de 1988, agregando-se a um amplo conjunto de direitos sociais. Nesse processo, a formulação das políticas públicas fortaleceu as lutas e reivindicações feministas, conferindo avanços específicos para mulheres que incluíam a superação de violências, políticas de educação, de trabalho, defesa de direitos, combate à pobreza, dentre outros desafios a serem enfrentados (FARAH, 2004a apud CAMPOS, 2017).

No entanto, conforme aponta Pitanguy (2002), no campo de ação política dos feminismos no Brasil, as reivindicações pelas questões relativas à violência doméstica e pelos direitos sexuais e reprodutivos não tiveram a mesma legitimidade e aceitação, tanto pela sociedade civil, quanto pela formulação/implementação de políticas públicas. A luta pela violência doméstica foi melhor aceita, enquanto houve dificuldade de incorporação dos direitos sexuais e reprodutivos, pelo conservadorismo da sociedade e do Estado, logo, foi “[...] mais sinuoso o caminho percorrido para incorporar questões ligadas à sexualidade, à contracepção, à esterilização e ao abortamento no debate social e em políticas públicas” (PITANGUY, 2002, p.28).

A construção de políticas públicas e legislação do país reflete a participação de diferentes atores sociais; demonstram tensões e interesses antagônicos presentes na sociedade capitalista. No cenário de forte incidência política feminista, os direitos das mulheres foram sendo incorporados à agenda pública, resultando em políticas e constituição de redes de atendimento a vítimas de violências, inclusão de quotas de participação política, programas voltados à saúde da mulher e aos direitos sexuais e reprodutivos (PITANGUY, 2002).

Cabe salientar que o marco legal e jurídico de proteção às mulheres e ao direito a “uma vida sem violência,”¹⁰ nacional e internacionalmente, resulta de lutas e reivindicações dos Movimentos Feminista e de Mulheres por condições dignas de vida e existência, pelo reconhecimento dos seus direitos humanos e pelo desvelamento da ordem patriarcal que hierarquiza a posição social entre homens e mulheres. Nesse cenário, os direitos das mulheres passaram a ser reconhecidos e

¹⁰ Insígnia feminista.

pautados na agenda dos Estados nacionais, originando, posteriormente, políticas públicas e leis específicas para prevenção, proteção e enfrentamento das violências que historicamente lhes foram/são direcionadas. Tal processo de lutas e conquistas, alçou ao estabelecimento de tratados nacionais e internacionais.

A década de 1970 é marcada internacionalmente por sua importância no que se refere ao reconhecimento dos direitos das mulheres; eventos feministas mundiais contribuíram para o início - embora que tardio - do processo de conquistas de leis e direitos fundamentais, civis e políticos. Nesse período, ficou em evidência a necessidade de direitos que reconheçam as particularidades das mulheres enquanto grupo atravessado pela desigualdade de sexo-gênero e de violências misóginas.

A primeira Conferência Mundial sobre a situação jurídica e social da mulher, convocada pela Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW, sigla em inglês), em 1975, na Cidade do México, representou marco fundamental para construção e reconhecimento dos direitos das mulheres. A partir dessa Convenção, governos de diferentes países se reuniram e debateram sobre a promoção de igualdade entre homens e mulheres para o acesso à educação, direitos, empregos, melhores salários, dentre outros, iniciando e fortalecendo o processo de valorização das mulheres. Assim, as questões de sexo-gênero foram levadas para o debate internacional pela Organização das Nações Unidas (ONU), objetivando

a) a plena igualdade de gênero e a eliminação de qualquer forma de discriminação por qualquer motivo de gênero; b) a plena participação das mulheres nos processos de desenvolvimento; e, por fim, c) a maior contribuição das mulheres à paz mundial (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 502).

Por meio desses objetivos, a ONU posicionou-se acerca da persistência de múltiplas violações dos direitos humanos das mulheres - por vezes naturalizadas - em diferentes países. Como resultado da Conferência, um Plano Mundial de Ação foi elaborado como um guia para implementação dos seus objetivos pelos Estados-parte; a perspectiva era de que mundialmente as condições das mulheres alcançassem melhores patamares.

Em consonância, o ano em que ocorreu essa Conferência (1975) foi marcado pela criação do Ano Internacional da Mulher, com vistas a evidenciar de maneira internacional a continuidade das discriminações e práticas que violavam os direitos

humanos das mulheres. Nesse mesmo ano, foi proclamada a Década das Nações Unidas para As Mulheres (1976 - 1985) na qual o Plano estaria em execução, com vistas à conscientização internacional e urgência do enfrentamento das problemáticas vivenciadas pelas mulheres no mundo. A existência desse ano representativo foi reflexo do fortalecimento dos movimentos feministas ao dar visibilidade às violações e violências reiteradamente efetivadas contra as mulheres em todo o mundo.

A partir daí, as movimentações realizadas pela ONU no tocante à problemática, incluiu o debate internacional e a forte participação das mulheres como sujeito político, representado pelos Movimentos Feminista e de Mulheres. Na continuidade, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, sigla em inglês), de 1979 - também conhecida como Convenção da Mulher - foi impulsionada pela CSW e adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1979, entrando em vigor no ano de 1981; representou um dos principais tratados com esforços internacionais para a promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres e eliminação da discriminação por serem mulheres (PIMENTEL, 2006).

Desde a sua vigência em 1981, a Convenção da Mulher e sua problematização dos temas de educação, trabalho, família e saúde, intencionou promover a igualdade entre homens e mulheres e reprimir qualquer tipo de discriminação contra estas nos Estados-parte. Impulsionou o planejamento de ações a serem adotadas pelos Estados-membros, sendo que competiria aos países signatários atuarem, na esfera pública e privada, para estabelecimento de leis e políticas voltadas à eliminação da discriminação contra as mulheres e violações de seus direitos. Conforme Tathiana Haddad Guarnieri (2010), por meio dessa Convenção, sustenta-se a superação da prevalência existente entre o público e o privado no tocante às opressões sofridas pelas mulheres e o acesso a direitos civis, políticos e sociais de forma igualitária. Vale salientar que, diante dos diversos obstáculos culturais e da realidade e empenho de cada país, a efetividade das práticas e ações sugeridas pela Convenção da Mulher aos Estados-parte seria de maior ou menor impacto, já que requeria a participação do legislativo, executivo e judiciário, o que não se alcança facilmente (PIMENTEL, 2006).

A Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) foi criada em 1928 enquanto organismo especializado do Sistema Interamericano da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Havana - Cuba, e em 1948, foi incorporada enquanto um Organismo Especializado permanente da OEA. A CIM foi o primeiro Organismo de caráter intergovernamental para atuar na garantia do reconhecimento dos direitos humanos das mulheres, objetivando a proteção e promoção de seus direitos, bem como apoiar os Estados-membros no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos no tocante ao pleno acesso e à promoção de políticas públicas fomentadoras da pretendida igualdade entre homens e mulheres (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015). A Comissão teceu críticas à Convenção da Mulher (1979), visto que esta não explicitava em seu documento a violência contra as mulheres no campo jurídico-legislativo (ibidem). A partir disso, a CIM, então, propôs estratégias de ação frente à problemática, num contexto em que havia prevalência de violência, contra as mulheres. Tal propositura somente veio a ser incorporada por meio da Convenção de Belém do Pará, na década de 1990.

Nesse panorama, vale o destaque de importantes eventos do período, iniciando com a Conferência Internacional Sobre Direitos Humanos, em Viena, no ano de 1993, juntamente com o Programa de Ação adotado, reafirmando os direitos das mulheres enquanto direitos humanos universais, e as várias formas de violências por elas sofridas nomeadas enquanto violação destes direitos inalienáveis, interdependentes e indivisíveis (GUARNIERI, 2010). A autora salienta que essa Conferência foi importante conquista e resultado das pressões feitas pelas lutas e movimentos de mulheres em várias partes do mundo com a articulação de Organizações não Governamentais (ONGs) em trabalhos para a ONU, diante da persistência e crescimento das violações aos direitos humanos das mulheres em todo o mundo. O artigo 18º da referida Conferência refere que tanto a participação econômica, política, social e cultural das mulheres, quanto a erradicação das formas de discriminação baseadas no sexo são objetivos prioritários internacional¹¹.

Paralelamente, facilitada pela Conferência de Viena, a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, também em 1993 - proclamada pela

¹¹ Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>

Assembleia Geral das Nações Unidas - definiu a violência em suas diversas formas de expressão e reconheceu que a suas práticas ocorrem tanto nas esferas públicas quanto nas privadas (COELHO et al., 2014). Ademais, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), também conhecida como Conferência do Cairo, com uma Plataforma de Ação proposta pela ONU, solidificou bases críticas sobre o desenvolvimento econômico, tendo em vista a desigualdade social existente e os grupos populacionais mais atingidos, entre os quais as mulheres, sendo que este público recebeu atenção especial na Conferência que estabeleceu objetivos para que os Estados-parte alcançassem igualdade, equidade, maior participação na agenda política e social, acesso à educação e aos direitos humanos. Além disso, os direitos sexuais e reprodutivos passaram a ser reconhecidos internacionalmente como direitos humanos. Como bem acentua Guarnieri:

O Plano de Ação do Cairo faz um diagnóstico sobre a situação mundial das mulheres e meninas, apontando como alicerces dos programas de população e desenvolvimento a igualdade e a equidade de gênero, o “empowerment” das mulheres, a autonomia no controle da própria fertilidade e a eliminação de toda e qualquer forma de violência contra as mulheres (GUARNIERI, 2010, p.16).

Ao reconhecer e evidenciar a questão dos direitos sexuais e reprodutivos, a Conferência legitimou antigas reivindicações dos movimentos feministas sobre a autonomia das mulheres sobre seus corpos, de modo que marcou “um momento a mais de eloquência no discurso público das mulheres, afirmação de sua autonomia e liberdade” (OLIVEIRA, R. D., 1996, p.8 apud ibidem, p.17).

A fim de explicitar a problemática da violência contra as mulheres e a necessidade de punição legal ao agressor, entendendo a persistência das violações em vários países do mundo, a CIM - enquanto Comissão defensora dos direitos das mulheres - teve por tarefa a elaboração de ações que abordassem a necessidade da criação de medidas para a erradicação do fenômeno, isto é, leis e políticas sociais que auxiliassem no enfrentamento das violências contra as mulheres. Assim constitui-se uma das mais importantes referências no que tange o enfrentamento das violências contra as mulheres e igualdade entre os sexos: a Convenção Interamericana para Punir, Prevenir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, em 1994, aprovada no Brasil no ano

de 1995 e, até então, autenticada por 32 países membro da ONU (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015). A Convenção de Belém do Pará foi crucial para a visibilidade da questão das violências contra as mulheres e teve por impulso as muitas manifestações e anos de lutas de movimentos feministas de vários países, sobretudo os das Américas, evidenciando a necessidade de medidas de enfrentamento à problemática e de esforços para a eliminação das violações dos direitos humanos das mulheres, como políticas sociais e legislações. Naquele cenário, o conceito de violência contra as mulheres foi amplamente difundido e incorporou o conceito de gênero, além de demarcar uma tipologia sobre várias manifestações do fenômeno:

Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994, Art. 1).

De acordo com a Convenção de Belém do Pará, as violências contra as mulheres permeiam vários setores da sociedade, independente de classe, raça ou grupo étnico, renda, cultura, nível educacional, idade ou religião; é uma violação que constitui violação dos direitos humanos e ofensa à dignidade humana. Vale salientar, ainda, que enquanto primeiro tratado sul-americano para o combate das violências contra as mulheres, representou um importante marco internacional e nacional; visto que com a sua existência foi possível pressionar o Estado brasileiro para a criação de legislações e políticas sociais para o enfrentamento e eliminação das violações contra os direitos humanos das mulheres, de forma que serviu de base para a criação da Lei Maria da Penha, em 2006. Nesse sentido, solidificou os caminhos para a criação de instrumentos legais para enfrentamento das violências contra as mulheres e também ofereceu “instrumentos conceituais e legais para o combate das bases assimétricas de poder existentes nas estruturas sociais, assim como das formas de poder e discriminação contra as mulheres” (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 513), que se reproduzem continuamente dentro do sistema desigual de poder entre homens e mulheres.

Conforme Bandeira e Almeida (2015) apontam, considerando as particularidades de cada Estado-membro e o modo como as violências contra as

mulheres se expressam, cada país deve utilizar-se do tratado da Convenção de Belém como parâmetro para a criação de medidas adequadas para seu enfrentamento e eliminação. Assim, vale enfatizar premissas importantes desse tratado destacadas pelas autoras (ibidem): a importância do respeito aos direitos humanos, reafirmando que as violências contra as mulheres configuram violação dos direitos humanos; o reconhecimento das relações desiguais de poder entre homens e mulheres geradoras de violências; a problemática é um problema mundial e sua eliminação contribui para o desenvolvimento igualitário de cada país, essencialmente com a atuação das mulheres.

Posteriormente, a IV Conferência das Nações Unidas Sobre a Mulher, realizada em Beijing - China, no ano de 1995, teve por subtemas: igualdade, desenvolvimento e paz, e por base a eliminação da discriminação com base no gênero, meios de comunicação, meio ambiente e a situação das meninas (GUARNIERI, 2010). Essa Conferência reafirmou a importância da igualdade entre os sexos-gêneros e a necessidade do contínuo desenvolvimento do progresso das questões das mulheres na agenda internacional, visando a capacitação destas e a diminuição das desigualdades nas relações de poder entre homens e mulheres. A plataforma de Ação da IV Conferência, adotada por 189 países, agregou três principais dimensões: reconheceu as desigualdades produzidas pelas relações de poder entre homens e mulheres e a possibilidade de modificar tais padrões; a importância da maior autonomia da mulher, e seu empoderamento e maior participação social, política e coletiva; a incorporação da perspectiva de gênero às políticas públicas (COSTA, P. G. P., 1997; BARSTED, 2001; GUARNIERI, 2010 apud BANDEIRA; ALMEIDA, 2015). Todas as Conferência e Convenções Internacionais contaram com feministas brasileiras e aportaram elementos às lutas das mulheres em nosso país.

No panorama nacional, na esteira de lutas pela democratização e superação do Regime Militar¹² no Brasil, a Constituição Federal de 1988 é o principal marco de defesa e garantia de direitos sociais. Em relação aos direitos das mulheres, foi a primeira Constituição brasileira a tratar da temática de modo mais aprofundado.

¹² Regime autoritário instaurado no Brasil por meio de um golpe civil-militar em 31 de março de 1964 com a deposição do governo de João Goulart. O Regime Militar teve duração de 21 anos (1964-1985), representando a resistência do capitalismo frente aos possíveis avanços e reformas sociais no país (LARA; SILVA, 2015).

Como destaque apontamos elementos inovadores sobre direitos civis, sociais e econômicos das mulheres, tais como: a não discriminação por sexo (Art. 2º); a determinação da igualdade entre homens e mulheres (Art. 5º, I); a proteção à maternidade (Art. 6º); a licença à gestante (Art. 7º, XVIII); a proteção do mercado de trabalho da mulher (Art. 7º, XX); a proibição da diferença salarial por sexo, idade, cor ou estado civil (Art. 7º, b XXX); a ampliação da participação política das mulheres (Art. 17º, § 7º); a igualdade de direitos e deveres na sociedade conjugal (Art. 226º, § 5º) (BRASIL, 1988).

Entretanto, apenas a Carta Magna de 1988, em que pese sua imprescindibilidade, não seria suficiente para a conquista da equidade, tendo em vista as desigualdades históricas, estruturais e seus impactos que atravessam a realidade das brasileiras. Em relação às mulheres, amparadas na Constituição e, a partir dos tratados, discussões, conferências e convenções nacionais e internacionais, o Brasil foi abrindo a agenda pública para a construção de políticas e ampliação da legislação específica.

Um dos campos de mudanças importantes foi a Saúde, pois até a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983, a grande ênfase era a saúde materno-infantil, a assistência ao ciclo gravídico-puerperal e neonatal. No ano de 1983, no embalo do processo de democratização do país, conformou-se o PAISM no Ministério da Saúde, como proposta para uma abordagem diferenciada à Saúde da Mulher; o Programa precedeu ao Sistema Único de Saúde (SUS) e se consolidou graças ao fortalecimento do movimento feminista brasileiro, que, em seu persistente diálogo com o Estado e com a sociedade, imprimiu caráter político às demandas das mulheres (SOUTO; MOREIRA, 2021).

Assim, o PAISM representou importante avanço em prol do reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Conforme Maria Osis (1998), o Programa foi mundialmente pioneiro ao propor atendimento integral e especializado à saúde reprodutiva das mulheres. O Programa explicitou a definição de saúde reprodutiva que somente em eventos internacionais posteriores virá a ser ampliado e consolidado; propôs a oferta de serviços integrais às mulheres, descentralizados, hierarquizados e regionalizados, com ações de promoção e educação em Saúde junto à população usuária, sobre a importância da prevenção e cuidados em Saúde, câncer cérvico-uterino e de mama, infecções sexualmente transmitidas (IST) - na

época, doenças sexualmente transmissíveis DSTs -, direito a concepção e contracepção assistida, dentre outros temas. Ademais, visava a assistência às mulheres em atendimento ginecológico integral, maior segurança e autonomia da mulher sobre planejamento reprodutivo e oferta de cuidados para o pré-natal, parto e puerpério (OSIS, 1998).

No delinear da efervescência dos movimentos e lutas sociais no Brasil nos anos de 1970 a 1990 em prol dos direitos das mulheres em diferentes setores da sociedade, o movimento feminista incidiu fortemente no campo da Saúde com vistas ao desenvolvimento de uma assistência articulada às demandas das mulheres (SOUTO; MOREIRA, 2021). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a saúde assume o status de “[...] direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas [...]” (BRASIL, 1998). Torna-se responsabilidade pública o atendimento das necessidades individuais e coletivas, o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde à toda a população, bem como sua gestão descentralizada; tal marco confere um importante avanço no que tange à materialização das bases para a criação do SUS no Brasil.

Nesse contexto de conquistas e mobilizações, a implantação do SUS sob as bases constitucionais - e seus posteriores aprimoramentos - através da Lei nº 8.080 de 1990, reformula completamente a política de saúde brasileira, agregando controle social, organização dos serviços de saúde e competências das três esferas de gestão - União, estados e municípios. A partir daí, as bases para construção de uma política voltada à saúde das mulheres e ao reconhecimento dos seus direitos é solidificada. Nessa mesma década (1990), a violência passa a ser tratada como problema de saúde pública e definitivamente integrada à assistência ofertada como um agravo a ser enfrentado (MINAYO, 2004 apud COELHO et al., 2014, p.13).

Como anteriormente mencionado, as Conferências, Convenções e o fortalecimento das lutas dos Movimentos Feminista e de Mulheres favoreceram a criação e formulação das políticas públicas voltadas ao enfrentamento das violências contra as mulheres, sendo que o período de 1970 a 1990 no Brasil foi marcado pelo protagonismo das lutas dos movimentos feministas em reivindicações para a elaboração de direitos das mulheres, políticas públicas e melhoria nas condições de saúde. Mais adiante, em 2003, com a ampliação da participação social no primeiro mandato do Presidente Lula, o campo da Saúde avançou marcando a transformação

do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PAISM -, iniciado em 1983, em uma política pública nacional: a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), em 2004. A PNAISM foi incorporada ao SUS, baseada numa concepção progressista de saúde da mulher priorizando saúde reprodutiva, redução da mortalidade materna e atenção integral, com assistência a mulheres vítimas de violências (SOUTO; MOREIRA, 2021).

Como um período de ampliação das conquistas feministas de direitos, no ano de 2006 foi promulgada a Lei nº11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP); uma lei específica para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres, foi ancorada nos princípios e diretrizes da Convenção de Belém do Pará e da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres (CEDAW).

É importante salientar que a promulgação da LMP, como todas as demais conquistas de direitos, é resultado de anos de luta política e mobilização dos movimentos Feminista e de Mulheres no Brasil por instrumentos legais para a erradicação, punição e prevenção das violências contra as mulheres.

4.2 Políticas Públicas de atenção e proteção às Mulheres em situação de violência

Conforme já mencionado, a conquista dos direitos sociais e de políticas públicas resultaram das lutas dos movimentos sociais da classe trabalhadora. As políticas sociais públicas, carregam, a despeito de sua fundamental importância, a correlação de forças entre classes antagônicas, visto que de um lado o Estado atende demandas reivindicadas pela classe trabalhadora, mas também visam promover a legitimidade da classe dominante (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). As autoras argumentam que as políticas sociais e os padrões de proteção social surgem como respostas às múltiplas expressões da questão social dentro da sociabilidade capitalista, produzidas por meio de sua própria dinâmica de acumulação.

Nesse contexto, no Brasil a agenda feminista desde os primórdios reivindica trabalho, participação política e social, moradia, direitos a uma vida sem violência, como direito formal para mulheres; a atuação feminista ganha espaço e estabelece diálogo com os poderes legislativo e executivo (MARTINS; CERQUEIRA; MATOS,

2015). A partir da década de 1970, a atenção volta-se para a problemática da violência contra as mulheres, ante o grande número de assassinato de mulheres por companheiros, namorados; essa realidade gera o slogan “*o pessoal é político*” a fim de denunciar a violência no âmbito conjugal num cenário em que imperava o dito popular “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” (ibidem).

A criação, em 1985, das primeiras Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) em Recife e São Paulo, visibilizam casos de impunidade e descaso da justiça para com os crimes contra as mulheres, sobretudo os denominados crimes passionais (CFEMEA, 2014). As DEAMs foram uma experiência pioneira que estabeleceu parâmetros seguindo o indicado pelos movimentos sociais feministas, com formação específica para os policiais atuantes, com estudo da situação de opressão das mulheres e sensibilização ante as condições de vulnerabilidade e violência (ibidem).

A primeira década dos anos 2000 foi de grandes avanços, a exemplo da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, no primeiro mandato do governo Lula, a fim de monitorar, gerenciar e desenvolver políticas públicas para as mulheres tendo como objetivo superar as desigualdades e combater todas as formas de preconceito e discriminação (MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, 2015). Em 2004, o Presidente instituiu o Ano Nacional das Mulheres, lançou o Plano de Combate à Violência Contra a Mulher, investiu na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres cujos debates tornaram-se base para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as mulheres (PNPM), com vistas à promoção de ações e políticas de igualdade de gênero (CAVALCANTI, 2007).

A partir da interlocução e dos esforços dos movimentos feministas, organizações internacionais e principalmente diante do caso de Maria da Penha Fernandes no qual o Brasil foi condenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), no país se ampliou a proteção das mulheres sob o lema do *direito a uma vida sem violência*. Através da condenação, a OEA recomendou que o Brasil adotasse medidas para o enfrentamento à violência doméstica, conforme segue:

- a) capacitação e sensibilização de policiais e servidores da Justiça;
- b) simplificação dos procedimentos judiciais penais para promover celeridade;
- c) estabelecimento de formas alternativas às judiciais,

rapidez e efetividade na solução de conflitos intrafamiliares; d) multiplicação de delegacias de mulheres; e) inclusão da temática nos planos pedagógicos (OEA, Relatório 54, 2001 APUD MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, 2015, p. 4-5).

Dessa forma, como visto anteriormente, a Lei Maria da Penha inova o marco legal brasileiro com princípios de combate às violências contra as mulheres, tipifica criminalmente a violência doméstica, define medidas protetivas e de prevenção, recomenda a criação de serviços públicos para vítimas, cria assistência jurídica gratuita e varas especializadas, rompe com o que está previsto na Lei 9099/95 que prevê medidas despenalizadoras para os crimes de violência contra mulher (MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, 2015), além de adotar a definição de violência doméstica e familiar da Convenção de Belém do Pará, qual seja “qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (art. 5º, Lei 11.340/2006).

Sob esse lastro, foram implementados diversos serviços públicos e especializados de atendimento/enfrentamento à violência contra as mulheres, como a Rede de Atendimento e Enfrentamento à violência contra as mulheres, a qual deve atuar de forma multidisciplinar, compreendendo múltiplos fatores que atravessam a vida da mulher em situação de violência (MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, 2015). Dessa forma, o trabalho articula as redes sanitária, rede socioassistencial, de segurança pública e de justiça. Entre os serviços de atenção a mulheres tem-se serviços especializados como os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento e Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM). Os CRAMs são espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, aconselhamento e assessoria jurídica às mulheres em situação de violência (SENADO FEDERAL, s. d.). As Casas Abrigo e as Casas de acolhimento oferecem moradia e atendimento integral a mulheres em risco de vida ou não, de permanência temporária ou de curta duração nos de acordo com o caso, podendo a mulher, com ou sem filhos permanecer por um período determinado até conseguirem retomarem as suas vidas (Ibidem). As DEAMs são unidades especializadas da Polícia Civil, no qual atuam de forma preventiva e repressiva, com a LMP passam expedir medidas protetivas de urgência aos juízes no prazo máximo de 48 horas, agilizando a proteção das mulheres (Ibidem).

A rede socioassistencial os atendimentos são realizados através do Centro Referência da Assistência Social (CRAS), e, sobretudo no Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O CRAS é responsável pela atenção básica, mas a partir do momento que a equipe técnica identifica casos de violência pode encaminhar para a supracitada rede (BRASIL, 2005). Já o CREAS é responsável pelo atendimento de de média complexidade, no qual atende indivíduos ou famílias que estejam em situação de violação de direitos, dessa forma irá acompanhar a mulher que esteja passando por situação de violência doméstica e incluí-la no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), para proteção integral e garantir direitos das mulheres (GROSSI et al. 2013; SILVA; TAVARES, 2017).

Serviços de Saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica prestam assistência médica, de enfermagem, psicológica e social às mulheres vítimas de violência sexual, inclusive quanto à interrupção da gravidez prevista em lei nos casos de estupro e serviços e programas especializados no atendimento dos casos de violência doméstica através da Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, estão localizados em sua maioria em maternidades e Hospitais da Mulher (SENADO FEDERAL, s. d.).

Os serviços de Segurança pública são as DEAMs, em delegacias comuns pode-se contar também com Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns (NUAM), que possuem um departamento especializado para atendimento de mulheres em situação de violência (ibidem); Patrulha Maria da Penha é um programa da Polícia Militar criado para apoiar vítimas de violência doméstica e fiscalizar cumprimento de medidas protetivas; e Ronda Maria da Penha o qual quem atua é Guarda Municipal, com o mesmo objetivo (PECCIN; BASTOS; ROSSY, 2021).

A Lei Maria da Penha também estabelece Defensoria Pública e Juizados Especializados para as mulheres. A Defensoria Pública da Mulher presta assistência jurídica gratuita; os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que possuem competência cível e criminal que julgam e executam as causas decorrentes de violência doméstica contra a mulher (SENADO FEDERAL, s. d.).

Por fim, há também serviços de atendimento telefônico como a Central de Atendimento à Mulher, o "Ligue 180" presta uma escuta/acolhida qualificada, registra e encaminha denúncias de violência contra a mulher aos órgãos competentes, além de fornecer informações sobre os direitos da mulher, os locais de atendimento mais próximos e apropriados para cada caso, a ligação é gratuita e o serviço funciona todos os dias 24hrs (BRASIL, 2023). O Disque Direitos Humanos, ou "Disque 100" é um serviço telefônico da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), que recebe de encaminhamento e monitoramento de denúncias de violação de direitos humanos (Ibidem).

4.3 Atuação do Serviço Social junto a Mulheres em Situação de Violências

O Serviço Social brasileiro, de sua institucionalização na década de 1930 aos dias atuais, já passou por importantes processos de transformação, especialmente a partir do Movimento de Reconceituação. Entretanto, apenas na década de 1990 a profissão se aproxima das demandas e lutas feministas relacionadas à violência contra as mulheres, o que evidencia um desencontro da profissão à temática (LISBOA, 2010). Nesse sentido, Teresa Lisboa (2014) tece críticas quanto ao distanciamento do Serviço Social para com as lutas dos movimentos feministas, mais especificamente nas pautas que refletem as reivindicações sobre as violências contra as mulheres. Conforme a autora (ibidem), esse desencontro se dá pelo distanciamento dos profissionais e estudantes de Serviço Social da época aos estudos feministas e questões de sexo-gênero, pois

Um grande número de Assistentes Sociais ainda têm dificuldade de identificar-se com o feminismo em função de uma concepção negativa atribuída ao conceito, ou seja, uma série de estereótipos relacionados a uma época em que "feminismo" era sinônimo de "um grupo de mulheres mal amadas, rebeldes e separatistas", consequentemente, mal vistas pela sociedade em geral (LISBOA, 2014, p. 37).

Atrelado a isso, Lisboa e Pinheiro (2005) também destacam, enquanto motivos que explicam a tardia incorporação da profissão às temáticas de sexo-gênero, que no mesmo período de efervescência das reivindicações feministas a fim de publicizar a pauta sobre as violências contra as mulheres, o Serviço Social

estava imerso no Movimento de Reconceituação a fim de ultrapassar o patamar conservador de sua gênese. Nesse sentido, a incorporação das questões de sexo-gênero, especificamente à violência contra as mulheres, se mostra recente. Vale salientar que no contexto da década de 1990 há alteração do Estado ao neoliberalismo, as políticas sociais passam a ser privatizadas e focalizadas, e nessa conjuntura de alterações econômico-sociais os impactos são refletidos tanto na regressiva dos direitos trabalhistas, quanto no enfraquecimento das lutas sociais nos campos sindicais e movimentos sociais. De acordo com Maria Lúcia Duriguetto e Maria Beatriz Abramides (2014), é a partir dessa conjuntura que a produção teórica-metodológica do Serviço social junto aos movimentos sociais se inicia no Brasil, com o Projeto Ético-político da profissão estabelecendo um vínculo entre as partes. A inserção do Serviço Social nos movimentos e a intervenção profissional direcionada pela sua dimensão ideológica e política promovem o fortalecimento das lutas e das organizações dos trabalhadores. Assim, a atuação do profissional junto à organização e mobilização dos movimentos sociais é crucial e contribui tanto na formação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, no fortalecimento das lutas sociais e principalmente na elaboração de políticas públicas.

Ademais, a intervenção da profissão nos movimentos sociais está explícita tanto na Lei de Regulamentação da profissão (1993), quanto no Código de Ética (1993). Assim, é papel do/a Assistente Social compreender os impactos das expressões da questão social para que se possa fortalecer os movimentos em suas formas de resistências ou instigar o surgimento destas para a mobilização de classe. (ABRAMIDES; DURIGUETTO, 2014). Isso permite que as ações destes se deem para além do padrão imposto de adesão dos cidadãos apenas aos programas de políticas e serviços públicos, que só reforçam o caráter passivo e subalternizado da profissão. Conforme Iamamoto (1998), o exercício profissional do Serviço Social se dá por meio da articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, todas com respaldo do Projeto Ético-Político Profissional. Diante das transformações societárias e dos impactos que estas refletem às intervenções e ao fazer profissional do/a Assistente Social, as demandas de sexo-gênero e especialmente as de violência doméstica enquanto fenômeno social, vem se constituindo no campo interventivo do/a Assistente Social.

Tendo como objeto de atuação profissional as expressões da questão social e as políticas públicas e sociais, é crucial, que o/a Assistente Social compreenda os complexos não expressos explicitamente na realidade de cada mulher violentada, a fim de desvendar e entender as mediações que camuflam - ou não - o fenômeno, dentro da singularidade de de cada vítima. Desse modo, conforme Pontes (2000), a compreensão dos determinantes sociais da realidade do sujeito é fundamental, e é justamente a partir desta que o/a Assistente Social intervém de forma eficaz, preparada e assertiva, sem promover a culpabilização da mulher violentada, aderindo, assim, a um posicionamento crítico, investigativo e coerente, praticando suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa em articulação na prática, e contribuindo para o atendimento socioassistencial das vítimas de violência doméstica.

Assim, a intervenção dos/as Assistentes Sociais é de extrema importância nas demandas e necessidades sociais, pois podem contribuir e transformar a realidade, e viabilizar direitos. A atuação profissional pode se dar em diversos espaços sócio-ocupacionais, e, de acordo com Netto (1991), a inserção no mercado dos/as assistentes sociais nesses vários espaços está vinculado à execução de projetos e serviços ligados a políticas sociais. (NETTO, 1992, APUD TERTO LINS; ALEXANDRE, 2014). No enfrentamento a mulheres em situação de violência doméstica, o/a profissional atua em diferentes espaços na rede de enfrentamento; a seguir, destacaremos três importantes áreas: a atuação do Serviço Social na Saúde, nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social e nos Centro de Referência de Atendimento à Mulher.

Os/as Assistentes Sociais são parte importante na Rede de enfrentamento à violência doméstica, segundo a Lei Maria da Penha no artigo 9º

A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso (BRASIL, 2006a).

Na LMP, o SUS tem como responsabilidade prestar assistência a mulheres em situação de violência, pois a violência pode acarretar em vários problemas de saúde

para as vítimas, como depressão, gravidez indesejada, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), entre outros (MEDICINA S/A, 2002). Na Política de Saúde, espaço em que atuam milhares de assistentes sociais no Brasil, as mulheres devem ser atendidas e acolhidas de forma humanizada, receber atendimento clínico especializado, apoio psicossocial e acesso às políticas intersetoriais. A assistência à saúde inclui receber os protocolos de profilaxia e anticoncepção de emergência para ISTs (ibidem). Ademais, a Lei nº 10.778, de 2003, torna obrigatória a notificação sigilosa, por meio de serviços públicos e privados, de casos de violência contra a mulher em qualquer ação ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento (BRASIL, 2003). A atuação do/a Assistente Social em unidades de saúde visa democratizar o acesso ao direito, traçar estratégias de aproximação com a realidade da população usuária através do trabalho interdisciplinar, com abordagens grupais, de socialização de informações necessárias e estímulo à participação popular (ibidem). Enfatizar os determinantes sociais da saúde das usuárias, o que exigirá do profissional de Serviço Social realizar uma escuta ativa das demandas das usuárias, elaborar estudos socioeconômicos dos usuários e suas famílias, com vistas a subsidiar na construção de laudos e pareceres sociais a perspectiva de garantia de direitos e de acesso aos serviços sociais e de saúde (ibidem); Os/as Assistentes Sociais deverão realizar “abordagem socioeducativa com a família, socializar as informações em relação aos recursos sociais existentes e viabilizar os encaminhamentos necessários” (BRASIL, 2010a, 51). Ainda segundo o documento:

Os Assistentes Sociais na saúde atuam em quatro grandes eixos: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação; planejamento e gestão e assessoria, qualificação e formação profissional (CFESS, 2010, p. 41).

Por conseguinte, os objetivos do Serviço Social nesse campo são de intervir para mediar o acesso a direitos, com vistas a alterar a realidade social dos/das usuários/as frente às múltiplas expressões da questão social identificadas no cotidiano profissional, entre as quais as violências direcionadas às mulheres.

Os principais serviços da Assistência Social são o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). O CRAS executa os serviços e programas de proteção

básica, com fim proteger de situações de riscos e fortalecimento de vínculos. Já o CREAS é responsável pela proteção social especial, de média complexidade, e atende famílias e indivíduos em situações de violação de direitos, ou seja, mulheres em situação de violência doméstica são encaminhadas para o CREAS (BRASIL, 2005). O CREAS é uma unidade pública estatal, que possui uma equipe técnica multidisciplinar, de acordo com a Norma operacional básica (NOB/RH), a equipe técnica deve ser composta por coordenação com nível superior, Assistentes Sociais, Psicólogo/a, Advogado/a e Auxiliar Administrativo. Nas situações de violência contra mulher, o atendimento dos/as Assistentes sociais é realizado de modo a favorecer a articulação intersetorial com a rede de serviços das políticas públicas e da gestão do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) que pretende garantir a proteção integral e os direitos das mulheres (GROSSI et al. 2013; SILVA; TAVARES, 2017).

De acordo com Guerreiro et al. (2020), a intervenção do Serviço Social no CREAS é baseada na utilização de instrumentos e serviços para amenizar as violações de direitos da população usuária. Nesses casos os/as Assistentes Sociais deverão se utilizar da entrevista no primeiro atendimento a fim de reconhecer as necessidades; poderá realizar visitas domiciliares para aprofundar o entendimento diante da realidade da usuária e do ambiente familiar; e, quando pertinente realizar reuniões de grupo a fim de promover o fortalecimento das mulheres vítimas de violência doméstica (ibidem).

A atuação do Serviço Social nos Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) está fundamentada na unidade entre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política da profissão, alinhado às dimensões sócio econômicas, culturais, etc, da vida das mulheres atendidas pelos CRAMs. As atividades desenvolvidas pelos/as Assistentes Sociais no espaço de trabalho são o atendimento social, elaboração do relatório social, estudo social, visitas domiciliares, planejamento, participação de grupo de estudo sobre gênero, violência contra mulher e sexismo, orientação e acolhimento de usuárias, estudo de caso, reunião de rede, encaminhamentos para a rede, articulação com pessoas/empresas para possíveis parcerias que promovam a inserção social das mulheres (SECRETARIA DA MULHER DO RECIFE, s. d.).

Segundo a Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência (BRASIL, 2006b), o Serviço Social no CRAM está presente desde a idealização do serviço, e o/a Assistente Social nessa instituição é responsável pelo atendimento inicial e atendimento social, além de fazer os encaminhamentos necessários para rede e trabalho numa equipe multidisciplinar. Assim, o/a Assistente Social realiza o acolhimento, que deve ser por meio de escuta qualificada e livre de julgamentos respeitando as decisões da mulher, informando de seus direitos e explicando a importância de possuir uma rede de apoio e plano de segurança para minimizar possíveis situações de risco, realiza-se também a entrevista interdisciplinar e encaminhamentos para a rede, solicita-se apoio psicológico caso seja necessário, é preenchido o instrumental de notificação da violência e caso a usuária esteja em risco de morte e não queira ser abrigada é necessário que seja assinado o termo de responsabilidade (ibidem). Os objetivos do Serviço Social na instituição são de realizar atendimentos a usuária baseado na perspectiva do Projeto ético-político profissional, isto é, realizar sua intervenção tendo em vista a defesa dos direitos das mulheres, o enfrentamento da relações sexo-gênero num perspectiva emancipatória humana. Os/as Assistentes Sociais prestam atendimento qualificado de forma humanizada com sigilo, escuta ativa às mulheres vítimas de violência doméstica, também possuem autonomia para escolher os procedimentos de seu atendimento diante daquilo organizado pela instituição. Para além disso, faz-se uso de instrumentos técnicos, eles são: Registro geral de 1º atendimento; Entrevista Interdisciplinar; Sistema de Informação de Agravos de Notificação; Encaminhamentos; Notificações (ibidem).

Contudo, é necessário considerar esses determinantes sob um olhar crítico. Em primeiro lugar, apesar da Rede de enfrentamento ser composta por uma série de serviços para mulheres em situação de violência, “os serviços não dão conta de atendê-las de forma integral” (CRUZ, 2020, p. 237). A falta de recursos materiais e a precarização da força de trabalho dificultam a atuação profissional, podendo acarretar em uma intervenção seletiva, pontual, fragmentada, cujos atendimentos tornam-se paliativos, sem normatização do fluxo de atendimento e, por vezes, resultando em revitimização das mulheres (CRUZ, 2020; SILVA, TAVARES, 2017). Outrossim, vivemos no Brasil um momento recente - especialmente o proposto à

presente pesquisa (2016-2022) - de fragilidade na efetivação das políticas públicas, conforme Ermildes Silva e Márcia Tavares,

Trata-se de um processo de desenvolvimento econômico e social em curso que afeta diretamente as políticas sociais, desde aquelas/es que são beneficiados àqueles/as que trabalham em sua execução. Especialmente, à Política de Assistência Social, que ainda carrega traços em sua trajetória sócio-histórica da cultura paternalista e de caráter familista (SILVA, TAVARES, 2017, p. 7).

O que ocorreu principalmente nos anos de 2016 até 2022, marcado por perda de direitos, contrarreformas e desfinanciamento do sistema da proteção social (FRANCO, TAVARES, 2017), foi a crise da democracia representativa que se aprofundou no Brasil a partir do golpe jurídico parlamentar contra Dilma Rousseff em 2016. Tal processo ocasionou o fortalecimento do neoconservadorismo aliado ao neoliberalismo, associado a fundamentalismos religiosos, morais de traço autoritário. As regressões sociais foram visíveis e aprofundadas em contrarreformas. Contrariando a proteção social afiançada pela Constituição Federal, instalou-se a quase completa desproteção pública como alternativa ao fortalecimento da economia do país.

Com efeito, as ideologias neoliberais se materializam por meio da fragilização da Seguridade Social, das contrarreformas do Estado - aprofundadas a partir de 2016 e fortalecidas com o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) - dos ajustes fiscais, na precarização do trabalho, no desfinanciamento das políticas públicas e serviços sociais, paralelo à idolatria do empreendedorismo e individualismo, no silenciamento das grandes massas populares e também na regressão de direitos das chamadas “minorias sociais”, como é o caso das mulheres, tudo em favor de expandir o capital e salvá-lo de sua própria crise.

É inegável que no panorama conjuntural (2016-2022), a agenda neoliberal também afetou o/a profissional, visto que os espaços socio-ocupacionais dos/as Assistentes Sociais estão em sua maioria no Estado, ademais expandiu-se a precarização do trabalho da categoria, sendo que muitas relações de trabalho passaram a ser marcadas pela informalidade, subcontratação, terceirização, redução de postos de trabalho, trabalho fragmentado, por projeto, tarefa, etc, mesmo dentro da esfera estatal, sob o argumento da diminuição de custos. Destaca-se que a atuação profissional é atravessada por uma autonomia relativa e vinculada à

implementação de políticas públicas em resposta às expressões da questão social, as quais se acentuaram refletindo um processo de destruição de direitos e serviços públicos; cenário que impactou diretamente o trabalho do/as assistentes sociais. Tal perspectiva, desconfigura a amplitude do trabalho profissional de assistentes sociais (IAMAMOTO, 2009).

Conforme apontam Mota e Rodrigues (2020), a partir das eleições de 2018 o Serviço Social se encontra inserido no contexto de regressividade imposto pelo ultraconservadorismo reacionário que beneficia o plano de retrocesso e desmonte das políticas sociais. Com efeito, as ofensivas conservadoras avançam no país e atingem também ao Serviço Social, visto que há o apelo de retorno ao conservadorismo da profissão, o qual busca minar a laicização da profissão, que foi duramente conquistada em anos de lutas envidadas no âmbito do Movimento de Reconceituação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, recuperaremos os objetivos específicos do trabalho, relacionando-os ao percurso trilhado. O primeiro deles, buscou debater a relação entre patriarcado, capitalismo e violência doméstica. Verificou-se que a dupla exploração/opressão pelo patriarcado e capitalismo produzem os marcos culturais e normativos para a materialização das violências contra as mulheres, especialmente a violência doméstica. A partir disso, discutimos as violências como fenômenos complexos que negam a liberdade e rompem de alguma forma com a integridade da vítima. Verificamos que as violências contra as mulheres acontecem, sobretudo pelo conjunto das relações hierárquicas, desiguais e estruturais de poder entre os sexo-gêneros na sociedade capitalista, sustentadas pelo patriarcado, estabelecendo uma organização desigual que reprime/oprime as mulheres. Estas estão, portanto, imbricadas pelas desigualdades de sexo-gênero, reproduzidas pela sociedade patriarcal e capitalista.

Dessa forma, a reprodução, naturalização e manutenção do sistema patriarcal nas relações sociais e de poder do capitalismo contribuem para a continuidade da violência doméstica contra as mulheres, de modo a retroalimentar a supremacia do homem e submeter as mulheres à subalternidade. Nesse panorama, é importante compreender as relações sociais de sexo e a teoria interseccional para explicar que os diferentes determinantes sociais como classe, raça e etnia e gênero estão imersos na realidade das mulheres vítimas de violências, dentro do sistema capitalista por meio de suas relações sociais. Essa compreensão possibilita o desvelar, desmistificar e desnaturalizar o fenômeno das violências contra as mulheres, que são naturalizadas e reproduzidas na sociedade.

Verificamos, ainda, que o fenômeno da violência doméstica contra as mulheres inerente à sociedade do capital se aprofunda pelas expressões da questão social, agudizadas pelas desigualdades sociais e de sexo-gênero sustentadas nesse sistema, de modo organicamente articulado ao patriarcado, materializado na hierarquia das relações de poder entre homens e mulheres. A partir disso, faz-se necessário pensar o fenômeno junto às desigualdades sociais, raciais e de sexo-gênero presentes no Brasil e no mundo, a fim de entender que os diferentes marcadores sociais - questões territoriais, étnico-raciais, questões econômicas e

sociais - fazem com que esta seja vivenciado de formas inter-relacionadas, com rebatimentos diferentes e não universais.

O segundo objetivo visou discutir o papel do Estado e da sociedade no que tange à prevenção da violência doméstica e permitiu-nos debater acerca dos principais marcos que contribuíram para o avanço do enfrentamento e prevenção da violência doméstica contra as mulheres, bem como as particularidades do fenômeno na contemporaneidade.

Primeiramente, as Conferências e Convenções internacionais e, posteriormente, nacionais, explicitaram a problemática da violência contra as mulheres e a necessidade de punição legal ao agressor. Desse modo, apontamos a importância desses eventos para reconhecimento dos direitos humanos das mulheres, das múltiplas violações por elas sofridas em vários tipos de violências, da publicização da questão da violência doméstica e pela contribuição na construção de ações de prevenção e enfrentamento da problemática, por meio de leis, serviços, políticas públicas e sociais. Nesse sentido, o reconhecimento de direitos das mulheres enquanto grupo atravessado pela desigualdade de sexo-gênero e de violências misóginas ficou em evidência, e tais direitos foram reafirmados enquanto direitos humanos universais.

Como conquista de anos de lutas e reivindicações, as demandas levantadas pelos movimentos feministas foram sendo incorporadas, inicialmente no meio internacional, e posteriormente no Brasil, com a construção de políticas, legislações e serviços visando também enfrentar a problemática. Ademais, verificou-se que a Constituição Federal de 1988 é o principal marco de defesa e garantia de direitos sociais, principalmente das mulheres. Mas seria necessário, para além da Carta Constitucional e da conquista da equidade entre os sexo-gêneros, tendo em vista as desigualdades históricas, estruturais e seus impactos que atravessam a realidade das brasileiras. A partir desse marco, o Brasil foi abrindo a agenda pública para a construção de políticas e ampliação da legislação específica. Destacamos as conquistas na Saúde, voltadas para um cuidado direcionado à saúde da mulher, inicialmente com a implantação e amadurecimento do PAISM - fruto de lutas dos movimentos feministas -, posteriormente, como política pública do SUS, a PNAISM, foi incorporada com base numa concepção progressista de saúde da mulher vinculada aos direitos sexuais e reprodutivos.

Destaca-se a promulgação da Lei Maria da Penha, em um período de ampliação das conquistas feministas de direitos, como marco legal primordial ao enfrentamento das violências contra as mulheres, ancorada nos princípios e diretrizes da Convenção de Belém do Pará e da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres. É importante salientar que todas as conquistas de direitos, resulta de anos de luta política e mobilização dos movimentos Feminista e de Mulheres no Brasil por instrumentos legais para a erradicação, punição e prevenção das violências contra as mulheres.

O terceiro objetivo específico, destacar efeitos da conjuntura brasileira regressiva às políticas públicas para mulheres, levou-nos ao debate de que, no panorama da contemporaneidade no Brasil, mais especificamente de 2016 a 2022, apesar da importância do avanço das políticas e instrumentos criados para o enfrentamento das violências contra as mulheres, avanços normativos e de mecanismos para conter o avanço dos casos de violência, os dados da violência doméstica contra as mulheres no Brasil são alarmantes e o problema persiste e cresce na atualidade. Nesse sentido, nota-se que a realidade brasileira reflete o fenômeno como um agudizado e complexo problema social, visto que há o aumento do feminicídio e os casos de violência doméstica contra as mulheres, quando notificados, revelam uma crescente no período proposto na presente pesquisa. Logo, a presente pesquisa confirma que somente no ano de 2021, 66% dos brasileiros presenciaram e vivenciaram episódios de violência doméstica.

Vê-se que a violência doméstica vem crescendo no Brasil e que, ao mesmo tempo, persistem problemas para combater tal fenômeno, como por exemplo, a fragilidade na efetivação das políticas públicas, principalmente de 2016 até 2022, período no qual há o enfraquecimento das políticas públicas e sociais de combate à violência, na perspectiva conservadora neoliberal de priorização do capital em detrimento do social. Além disso, vale o destaque do aumento da violência doméstica no período pandêmico.

A análise dos dados de violência doméstica no presente trabalho demonstram predominância de mulheres negras como vítimas, o que se deve, conforme nossos apontamentos, ao racismo e ao machismo. Levando em consideração a formação sociohistórica do Brasil, como país colonizado sob os alicerces da escravização e exploração de negros e indígenas, bem como as violações perpetradas contra as

mulheres escravizadas, nota-se que os índices de violência contra a mulher ainda na atualidade demonstram a interferência histórica, social e econômica herdada pelo nosso passado. Nos últimos três anos, a violência doméstica contra mulheres negras têm aumentado, enquanto contra as mulheres não negras tem diminuído, o que evidencia a dupla violência sofrida pelas mulheres negras: a violência de serem mulheres e a de serem negras. Do mesmo modo acontece com o número de feminicídios, que, segundo o FBSP em 2021, a maioria das vítimas é formada por mulheres negras.

A presente pesquisa também pôde concluir, analisando os números absolutos dos casos de violência doméstica e feminicídio, que na região Nordeste dos anos de 2016 a 2021, houve crescimento do fenômeno. No tocante à realidade do estado de Pernambuco - um dos estados mais violentos do Brasil com relação à violência doméstica -, observou-se a mesma tendência nacional de crescimento. Os dados no estado apontam que entre 2016 a 2019 a violência doméstica aumentou, tendo uma pequena diminuição a partir de 2020, isto é, após o início da pandemia. Entretanto, seguindo uma perspectiva contrária, no que se refere ao feminicídio, os números decaem consideravelmente entre 2016-2019 e crescem a partir da pandemia. Além disso, na pesquisa realizada, observamos que no estado de Pernambuco, a violência doméstica é ainda mais agudizada nas cidades interioranas.

No período de 2016 a 2022, observou-se o aumento das regressões sociais, aprofundadas pelos ideais neoliberais que defendem a desproteção pública como alternativa ao fortalecimento da economia do país. Dessa forma, a diminuição dos “gastos sociais” sustentada pela perspectiva neoliberal de privatização e priorização da economia em detrimento do social faz com que a Rede e políticas de enfrentamento da violência contra a mulher sejam ainda mais precarizadas e fragilizadas em todo o território nacional, dificultando o enfrentamento da problemática. Tendo em vista o enfraquecimento das políticas e serviços nesse período com as investidas neoliberais no país, nota-se que o fortalecimento de mecanismos que permitam diminuir o fenômeno e atender às demandas das mulheres violentadas, bem como a devida punição ao agressor, são essenciais e de dever do Estado, com a articulação da sociedade civil e movimentos sociais.

Foram pontuadas muitas dificuldades que atravessaram os mecanismos de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres no Brasil, principalmente no

período de 2016 a 2022 com as investidas neoliberais conservadoras, mostrando o fenômeno estar intrínseco às desigualdades sociais, históricas, econômicas, raciais e de sexo-gênero, dentro de um ciclo retroalimentado pelos alicerces do capitalismo e do patriarcado que mostram a superação da problemática como um processo inconcluso, fazendo necessário a constante luta articulada para o enfrentamento do fenômeno. Em pesquisas futuras, sugerimos a continuidade e direcionamento do trabalho para a realidade das mulheres negras vítimas de violência doméstica e de feminicídio, entendendo serem estas duplamente violentadas e a maioria entre as mulheres vítimas de violências no Brasil.

Ademais, observou-se que a atuação do/a Assistente Social junto aos movimentos sociais, mais especificamente aos movimentos feministas, se mostra recente, mas se faz essencial para a articulação das intervenções e mediação das respostas pelo Estado. Tendo como objeto de atuação profissional as expressões da questão social e as políticas públicas e sociais, é crucial que o/a Assistente Social desvele os complexos expressos e não expressos na realidade de cada mulher violentada, a fim de conhecer os determinantes sociais e compreender as mediações que camuflam - ou não - o fenômeno, dentro da singularidade de cada vítima, de modo a contribuir e viabilizar a assistência às vítimas, para que seja articulada com as políticas intersetoriais, trabalho que a categoria realiza na atuação profissional cotidiana.

Em nossa perspectiva, o Estado tem papel fundamental na prevenção e enfrentamento da problemática, para o fortalecimento da autonomia das mulheres em situação de violência, criação de políticas que reconheçam as desigualdades de sexo-gênero e suas consequências distintas para as mulheres e homens. Aliado a isso, é crucial para a prevenção do fenômeno e para modificar as configurações que sustentam as desigualdades de sexo-gênero, pois é capaz de atingir aos padrões, relações e comportamentos dos quais são reproduzidos dentro de uma socialização ainda com traços patriarcais. Faz-se necessário, também, que o Estado e a sociedade, em articulação com os movimentos sociais feministas, caminhem na prevenção, combate e erradicação das violências contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES Maria Beatriz, DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990. In: ABRAMIDES Maria Beatriz, DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária. São Paulo: **Cortez**, 2014.p.177-194.

AGÊNCIA SENADO. **Violência contra a mulher aumentou no último ano, revela pesquisa do DataSenado**. 9 dez. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/09/violencia-contr-a-mulher-aumentou-no-ultimo-ano-revela-pesquisa-do-datasenado>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ALVES, Alexsandra Jácome; SILVA TARGINO, Francisca Jordanha; OLIVEIRA JÚNIOR, Vicente Celeste de. **Violência Psicológica Contra A Mulher No Ambiente Doméstico: Violência Silenciosa**. 2022. 15 p. Universidade Potiguar, Brasília (DF), 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/22449/1/TCC-%20Violencia%20Psicológica.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

ALVES, Andréa Moraes. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 132, p. 268-286, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/4BsYkfms3cs63MHs6pWsYBC/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO IBDFAM. **IBDFAM**: Brasil teve recorde de feminicídios no primeiro semestre de 2022. 13 dez. 2022. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/10312/Brasil+teve+recorde+de+feminicídios+no+primeiro+semestre+de+2022#:~:text=O%20Brasil%20bateu%20recorde%20de,período,%20foram%20registrados%20631%20casos>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. **Estudos Feministas**, Florianópolis. p. 501-517, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. História. In: BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: Fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão européia do livro, 1970. v. 1, p. 81-177.

_____. **O segundo sexo**: A experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967

BIANCHINI, Alice. **Por que as mulheres não denunciam seus agressores? Com a palavra, a sociedade**. 2011. Disponível em: <https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/121813993/por-que-as-mulheres-nao-denunciam-seus-agressores-com-a-palavra-a-sociedade#:~:text=Sessenta%20e%20oito%20por%20cento,punição;%20para%2018%%20é%20a>. Acesso em: 3 mar. 2023.

BOSCHETTI, Ivanete; ROSSETTI BEHRING, Elaine. Capitalismo, liberalismo e origens da política social. In: BOSCHETTI, Ivanete; ROSSETTI BEHRING, Elaine. **Política Social: fundamentos e história**. 6. ed. São Paulo: Cortez - Biblioteca

básica de Serviço Social, 2009. v. 2, p. 47-71. Disponível em:
http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/politica_social_fundamentos_e_historias_-_behring_boschetti.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Assistência Social. **Denunciar violação de direitos humanos**. 2023. Disponível em:
<https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-violacao-de-direitos-humanos>. Acesso em: 17 mar. 2023

_____. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 fev. 2023.

_____. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.

_____. **Lei nº 10778, de 24 de novembro de 2003**. Diário Oficial da União, 25 nov. 2003. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/552654>. Acesso em: 27 abr. 2023.

_____. **Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Brasília, DF: Presidência da República, 2006a. Disponível em:
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006-08-07;11340>. Acesso em: 14 dez. 2022.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço. Brasília, DF, 2001. (Cadernos de Atenção Básica, n. 8).

_____. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde. Grupo de trabalho Serviço Social na Saúde. Brasília: CFESS, 2010a.

_____. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Norma técnica de uniformização dos centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência. Brasília, 2006b.

_____. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres. Brasília, SPM, 2011. Mulheres – Deams (Edição Atualizada – 2010). Brasília, 2010b.

_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma

Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRAZ, Marcelo. Mudanças no perfil das lutas de classes e modismos conceituais o tormento de Sísifo das ciências sociais. In BRAVO, Maria Inês Souza e MENEZES, Juliana Souza Bravo de (orgs.). Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselhos desafios atuais. São Paulo. **Cortez**, 2012. Pp. 111-145.

CAMPOS, Mariana de Lima. FEMINISMO E MOVIMENTOS DE MULHERES NO CONTEXTO BRASILEIRO: A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS E A BUSCA DE INCIDÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS. **REVISTA SOCIAIS & HUMANAS**, v. 30, n. 2, p. 35-54, 2017.

CARRIJO, Christiane e MARTINS, Paloma Afonso. A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2020, v. 28, n. 2, e60721. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n260721>. Acesso em: 03 Mar. 2023.

CARVALHO, J. R. e OLIVEIRA, V. H. (2016). **Prevalência da Violência Doméstica e o Impacto nas Novas Gerações**. Relatório Executivo I - Primeira Onda – 2016 da PCSVDFMulher.

CAVALCANTI, Santana de Melo Delaine. **Delegacias de mulheres: política de enfrentamento e espaço de negociação da violência conjugal**. 2007. Universidade Federal de Pernambuco, [s. l.], 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9878>. Acesso em: 16 mar. 2023

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA - CFEMEA. **Criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher/ DEAMs - 1985**. 2014. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1985.php?iframe=1_as_deams_sp_pe. Acesso em: 16 mar. 2023.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. Ed. Ática, São Paulo, p. 567, 2000.

CIDH – Comissão Internacional de Direitos Humanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra A Mulher, “Convenção de Belém do Pará”**. 1994. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 13 dez. 2022.

CISNE, Mirla. RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, “RAÇA”/ETNIA E CLASSE: UMA ANÁLISE FEMINISTA-MATERIALISTA. **Temporalis**, ano 14, n. 28, p. 133-149, 2014.

CISNE, M.; FERREIRA, V. Feminismo e desigualdade: uma análise materialista das relações de opressão-exploração das mulheres. **Argumentum**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 7–20, 2021. DOI: 10.47456/argumentum.v13i3.37191. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/37191>. Acesso em: 22 dez. 2022.

COELHO, Elza Berger Salema [et al]. Políticas públicas no enfrentamento da violência/Universidade Federal de Santa Catarina; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014, 51 p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. O machismo deles de cada dia:” Vamos conversar sobre machismo? In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Assistente Social no combate ao preconceito: Machismo**. Brasília (DF): [s. n.], 2019. p. 7-9. ISBN 978-85-99447-34-5. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno06-Machismo-Site.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2023.

CORDEIRO, D. C. S. (2018).Porque algumas mulheres não denunciam seus agressores? COnline – revista **Eletrônica de ciências Sociais**, (27).10.34019/1981-2140.2018.17512

COSTA, Marta Nunes da. Transformando o patriarcado? O papel da luta feminista na reconfiguração das categorias marxistas. **Trans/Form/Ação** [online]. 2018, v. 41, n. 3 [Acessado 22 Dezembro 2022], pp. 125-144. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2018.v41n3.07.p125>. ISSN 1980-539X. Acesso em: 22 dez. 2022.

CRIOLA. **Dossiê: Mulheres negras e justiça reprodutiva 2020-2021**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2021/10/DossieCriolaJusticaReprodutiva_compressed-1.pdf. Acesso em 11 fev. 2023.

CRUZ, Juliana Lemes da. Serviço Social e violência doméstica contra mulheres: desafios do trabalho profissional em Teófilo Otoni – Minas Gerais. **O Social em Questão**, v. 23, n. 47, p. 221-244, 2020. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_47_art_10.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

DATASENADO. Aprofundando o Olhar sobre o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. p. 1-33, 2018. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2019/04/OMV_DataSenado_Aprofundando-o-Olhar-sobre-o-Enfrentamento-a-Violenci-contra-as-Mulheres_2018.pdf. Acesso em: 9 dez. 2022.

DIAS, L. B.; PRATES, L. A.; CREMONESE, L. PERFIL, FATORES DE RISCO E PREVALÊNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 20, n. 1, 2021. DOI: 10.36925/sanare.v20i1.1555. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1555>. Acesso em: 14 dez. 2022.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; CRISTINA SILVA, Selma. A CONTRARREFORMA NEOLIBERAL E A TERCEIRIZAÇÃO: a precarização como regra. **Caderno CRH**, v. 32, n. 86, p. 289-305, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30518>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FILGUEIRAS, Luiz. A crise geral do capitalismo: possibilidades e limites de sua superação. **Crítica Marxista**, n. 30, p. 21-27, 2010. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo177Artigo2.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil. 3ª edição, 2021a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2022.

_____. Violência contra a mulher. In.: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018. p. 56-57, São Paulo - SP: 2018. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguranca%CC%A7a-Pu%CC%81blica-2018.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2023.

_____. Violência contra a mulher. In.: _____. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. p. 106 - 119, São Paulo - SP: 2019. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2019/10/FBSP_AnurioBrasileirodeSegurancaPublica2019.pdf. Acesso em: 11 fev. 2023.

_____. Violência doméstica e sexual. In.: _____. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. p. 32 - 43, São Paulo - SP: 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2023.

_____. Violência contra a mulher. In.: _____. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. p. 89 - 117, São Paulo - SP: 2021b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2023.

_____. Violência contra a mulher. In.: _____. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. p. 147 - 191, São Paulo - SP: 2022a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 11 fev. 2023.

_____. Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022. n. 3, 7 fev. 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contra-meninas-mulheres-2022-1sem.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2022.

FRANCO, Maria Asenate C.; TAVARES, Márcia Santana. POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: a (não) materialização da Lei 11.30/2006. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30217>. Acesso em: 17 mar. 2023.

FUNDO ELAS. **Violência doméstica contra as mulheres negras cresce no país.** Disponível em: <http://www.fundosocialelas.org/falesemmedo/noticia/violencia-domestica-contra-as-mulheres-negras-cresce-no-pais/15913/>. Acesso em: 4 mar. 2023.

GARCIA, Leila Posenato. A magnitude invisível da violência contra a mulher. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 25, n. 3, p. 451-454, set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/s1679-49742016000300001>. Acesso em: 11 fev. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. In **Mediações**, v. 5, n.1, Londrina, 2000. Pp. 11-40. Disponível em <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2000v5n1p11>. Acesso em: 10 mar. 2023

GRANEMANN, Sara; MIRANDA, Flavio. Crise econômica, crise sanitária a Covid-19 como instrumento da acumulação? In SILVA, Leticia Batista e DANTAS, André Vianna. **Crise e pandemia quando a exceção é regra geral**. Rio de Janeiro EPSJV, 2020.

GROSSI, Patrícia Krieger. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CREAS: impasses e desafios para a garantia dos direitos. **Anais do Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família**. p. 12, 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/9457>. Acesso em: 12 abr. 2023.

GUARNIERI, Tathiana Haddad. “Os direitos das mulheres no contexto internacional da criação da ONU (1945) à Conferência de Beijing (1995)”. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, n. 8, 2010. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br>. Acesso em: 03 fev. 2023.

GUERRA, V. N. A.; SANTORO Jr., M.; AZEVEDO, M. A. Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes e Políticas de Atendimento: Do Silêncio ao Compromisso. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**. 11(1): São Paulo, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.7322/jhgd.44977>. Acesso em: 23 dez. 2022.

GUERREIRO, E. P. et al. O serviço social e a violência doméstica contra a mulher. **Social Meeting Scientific Journal**, v. I, n. 1, p. 136 - 154, 2020. Disponível em: <https://app.periodikos.com.br/article/5f2067de0e88256256dc6779/pdf/esocialbrasil-0-AheadOfPrint-136.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

HILL COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. O que é interseccionalidade? In: HILL COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: BOITEMPO, 2021. p. 16-31. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. p.9-32. In: **Revista Temporalis**. Ano 2, n. 3. (jan/jul.2001) Brasília: ABEPSS, Grafile.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. IN: CFESS/ ABEPSS. **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Ed. Cortez, SP, 1998.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). Atlas da violência 2018. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2018.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; – INTELIGÊNCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA (IPEC). **Redes de apoio e saídas institucionais para mulheres em situação de violência doméstica no Brasil**. p. 41, nov. 2022. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2022/11/2022_InstitutoPatriciaGalvao_Ipec_PesquisaRedesdepoioeSaidasInstitucionaisparaMulheresemViolenciDomestica.pdf. Acesso em: 11 fev. 2023.

KIND, L. et al.. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. Cad. Saúde Pública, 2013 29(9), p. 1805–1815, set. 2013.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n. 122, p. 275-293, jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/NGwM4fhVhW4rhdnTNXZhpmmm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2023.

LIBARDONI, Marlene. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E VISÃO ESTRATÉGICA DA ADVOCACY. **Rev. Estud. fem.**, v. 8, n. 2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11936/11202>. Acesso em: 22 mar. 2023.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social - encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Katálisis**, v. 13, n. 1, p. 66-75, 2010.

_____. VIOLÊNCIA DE GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEU ENFRENTAMENTO E O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL. **Temporalis**, n. 27, p. 33-56, 2014.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. **Katálisis**, v. 8, n. 2, p. 199-210, Florianópolis SC, 2005.

LISBOA, Teresa Kleba; ZUCCO, Luciana Patrícia. Os 15 anos da Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/BzPqkz9dj8zs9V39X8djsvK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 9 fev. 2023.

LOPES, Nirleide Dantas. A Violência Contra A Mulher No Capitalismo Contemporâneo: Opressão, Exploração E Manutenção Do Sistema. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, Florianópolis, p. 1-15, 2017. Disponível em: [http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1496195410_ARQUIVO_Modelo_Texto_completo_MM_FG\(2\).pdf](http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1496195410_ARQUIVO_Modelo_Texto_completo_MM_FG(2).pdf). Acesso em: 14 dez. 2022.

MACIEL, Eliane. **A Igualdade Entre os Sexos na Constituição de 1988**. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa, p. 1-11, 1997. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/159>. Acesso em: 21 dez. 2022.

MACHIAVELLI CARMO SOUZA, Tatiana; MENDONÇA, Nayra Daniane; FREITAS DE SÁ, Shara; VARGAS XAVIER, Camila. Lei Maria da Penha: percepções de mulheres em contexto de violência intrafamiliar. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social** [S. l.], vol. 6, núm. 4, 2018, p. 724-734.

MADEIRA, Zelma e GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2018, n. 133, pp. 463-479, ISSN 2317-6318. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.154>. Acesso em: 04 Mar. 2023.

MARTINS, Ana Paula Antunes; CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana Vieira Martins. **A Institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil (versão preliminar)**. Brasília (DF): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2015. E-book (37 p.). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6778>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MATTEI, L. F. Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza. **Revista Katálisis, Florianópolis**, v. 22, n. 1, p. 57-65, jan./abr. 2019.

MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan; ALVES PACHECO DE CAMPOS, Simone. As Relações de Gênero, os Estereótipos e a Violência Simbólica no Mercado de Trabalho. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 10, n. 1, p. 127-144, out. 2020. ISSN 2237-7956. Disponível em: <https://doi.org/10.18256/2237-7956.2020.v10i1.3496>. Acesso em: 04 mar. 2023.

MEDICINA S/A. Serviços de saúde integram rede de combate à violência doméstica - Medicina S/A. 8 ago. 2022. Disponível em: <https://medicinasasa.com.br/saude-violencia-domestica/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência Como Processo Sócio-Histórico. In.: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde** [online]. Rio de Janeiro:

Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection. 132 p. ISBN 978-85-7541-380-7. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2022.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - MMFDH. **70% das mulheres vítimas de feminicídio nunca denunciaram agressões**. 26 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/novembro/70-das-mulheres-vitimas-de-feminicidio-nunca-denunciaram-agressoes>. Acesso em: 14 dez. 2022.

_____. Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, 2020 -2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>. Acesso em: 17 mar. 2023.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. **Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário**. R. Katál., v. 23, n. 2, p. 199-212, 2020.

MYRRHA, Luana Junqueira Dias; MEIRA, Karina Cardoso; JESUS, Jordana Cristina de. **Violência doméstica no contexto de isolamento social no Nordeste e RN | Por que se preocupar?** 9 abr. 2020. Disponível em: <https://demografiaufrn.net/2020/04/09/violencia-domestica-no-contexto-de-isolamento-social-no-nordeste-e-rn-por-que-se-preocupar/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. p.41-50. In: **Revista Temporalis 03**, Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia. 2004.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 64 p. 2011.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. (Coleção primeiros passos). São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência**. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2014. 274 p. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/publicacao/relatorio-mundial-sobre-a-prevencao-da-violencia-2014/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

OSIS, Maria José Martins Duarte. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. Cad. **Saúde Públ.**, p. 25-32, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/J6GcQvLRp9ygHFTTFbMZVS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 9 fev. 2023.

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília MacDowell. Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil. [S. l.]: **Núcleo de Estudos de Gênero Pagu**, Universidade Estadual de Campinas PAGU/UNICAMP, 2008. E-book (39 p.). Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mapeamento-das-delegacias-da-mulher-no-brasil>. Acesso em 9 mar. 2023.

PAVIANI, Jayme. Conceitos e formas de violência. In: MODENA, Maura Regina (org.). **Conceitos e formas de violência** [recurso eletrônico]: 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educus, 2016. p. 8-20. ISBN 978-85-7061-842-9. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf. Acesso em: 23 dez. 2022.

PECCIN, Iamara; BASTOS, Moema; ROSSY, Pâmella. **Tecendo Redes Atendimento À Mulher Em Situação De Violência: Suas, Sus e Rede Especializada**. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Rio de Janeiro, 2021. E-book (40 p.). Disponível em: https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/0-4219192387_20210712_193136_0000.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

PEREIRA, A. P. Potyara. Questão social, serviço social e direitos a cidadania. IN: **Revista Temporalis**. Ano 2, n. 3. (jan/jul.2011) Brasília: ABEPSS, Grafile.

PIMENTEL, Silvia. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - Cedaw 1979**. SPM. 2006. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/11/SPM2006_CEDAW_portugues.pdf. Acessado em: 16 mar. 2023.

PITANGUY, Jacqueline. **Movimento de mulheres e políticas de gênero no Brasil**. CEPAL, Governabilidad Democrática e Igualdad de Género en América Latina y el Caribe. Estudios Nacionales, nov. de 2002. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/5907/S035331_pt.pdf Acesso em 13 mar. 2023.

PODER360. Denúncias de violência doméstica subiram 9% durante a quarentena, diz governo. Mar. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/denuncias-de-violencia-domestica-subiram-9-durante-quarentena-diz-governo/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

PONTES, R. N. Mediação: Categoria fundamental para o trabalho do assistente social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília, Unb, CFESS. 2000.

RESENDE, Amanda Martinho. **Opressão de gênero: a ausência de um olhar interseccional na busca de soluções jurídicas**. 2017. 105 p. Monografia (Conclusão do Curso de Direito) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/30806/30806.PDF>. Acesso em: 17 mar. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero Patriarcado Violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160 p. ISBN 978-85-7743-262-2.

SANTOS, Silvana; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. Katál.**, v. 13, n. 1, p. 11-19, 2010.

SARAIVA, Jeíza das Chagas; RODRIGUES, Ana Claudia. A Violência Contra As Mulheres No Estado De Pernambuco: Retrato De Uma Realidade. **Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, p. 1-10, 4 mar. 2023. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278298021_ARQUIVO_FAZENDO_GENERO_TRAB.pdf. Acesso em: 3 mar. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 15, p. 72-99, 1995.

SECRETARIA DA MULHER DO RECIFE. Minuta para construção de Norma Técnico-operacional do Serviço Social e Plano de Ação Interdisciplinar do CRCL. Equipe de Serviço Social do Centro de Referência Clarice Lispector.

SECRETARIA DE DEFESA DE PERNAMBUCO. Estatísticas. Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Evolução anual dos números de vítimas de violência doméstica e familiar do sexo feminino em Pernambuco por região janeiro de 2012 a dezembro de 2022. Disponível em: https://www.sds.pe.gov.br/images/indicadores/violecia-domestica/VIOL%C3%80NCIA_ANUAL.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

SENADO FEDERAL. **Projeto que protege mulheres durante a pandemia vem ao Senado**. 10 jul. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/10/projeto-que-protege-mulheres-durante-a-pandemia-vem-ao-senado>. Acesso em: 17 mar. 2023.

_____. **Relatório de Pesquisa: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Brasília: Senado Federal. Secretaria de Pesquisa e Opinião. Coordenação DataSenado. Novembro/2021. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2021/12/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-2021.pdf>. Acesso em 11 fev. 2023.

_____. Serviços Especializados de Atendimento à Mulher. Observatório da Mulher contra a Violência. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/acoes-contra-violencia/servicos-especializados-de-atendimento-a-mulher>. Acesso em: 17 mar. 2023.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ermildes Lima da; TAVARES, Márcia Santana. Desfazendo nós: para entender A atuação da/o assistente social frente À violência doméstica E familiar nos centros de referência de assistência social de salvador/ba. **13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11**, p. 12, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499455296_ARQUIVO_SILVA-TAVARESfazendogenero.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: São Paulo. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher; Secretaria do Governo Municipal. GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (org.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. **Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher**. p. 65-75. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SOARES, Bárbara M. et al. Enfrentando a violência contra a mulher: orientações práticas para profissionais e voluntários (as). In: **Enfrentando a violência contra a mulher: orientações práticas para profissionais e voluntários (as)**. 2005. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/enfrentando-a-violencia-contr-a-mulher-orientacoes-praticas-para-profissionais-e-voluntarios>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SOUTO, Kátia; MOREIRA, Marcelo Rasga. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: protagonismo do movimento de mulheres. **SAÚDE DEBATE**, v. 45, n. 130, p. 832-846.

SOUZA, Lídia J.; FARIAS, Rita Cássia P. Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de covid-19. **Serv. Soc. & Sociedade**, n. 144, p. 213-232, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/RWf4PKDt hNRvWg89y947zgw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2022.

TEIXEIRA, Cíntia Maria. As mulheres no mundo do trabalho: ação das mulheres, no setor fabril, para a ocupação e democratização dos espaços público e privado. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 237-244, jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-37722009000200012>. Acesso em: 14 dez. 2022.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O Que é Violência Contra a Mulher**. Tatuapé, São Paulo: Brasiliense, 2002. 124 p. ISBN 9788511000634.

TERTO LINS, M. A.; ALEXANDRE, D. S. O Serviço Social Na Sociedade Capitalista E A Sua Participação Nos Processos De Enfrentamento Da Questão Social. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - ALAGOAS**, [S. I.], v. 2, n. 2, p. 25-36, 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/1769>. Acesso em: 12 abr. 2023.

VASCONCELOS, Grace. Violência psicológica é tão devastadora quanto agressões físicas, alerta psicóloga. **Universidade Federal da Paraíba - UFPB Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres na UFPB**. 30 ago. 2021. Disponível em: <https://www.ufpb.br/comu/contents/noticias/violencia-psicologica-e-tao-devastadora-quanto-agressoes-fisicas-alerta-psicologa#wrapper>. Acesso em: 23 dez. 2022.

V. SILVA, V. da As contribuições de Heleieth Saffioti para os estudos de gênero na contemporaneidade. **Revista Feminismos**, [S. I.], v. 7, n. 1, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/33391>. Acesso em: 13 dez. 2022.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 5, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00068820>. Acesso em: 17 mar. 2023.

ZART, Paulina Ely. **A Dupla (Ou Múltipla) Jornada De Trabalho Feminina E O Princípio Da Igualdade: Reflexão Sobre A Submissão Da Mulher E A Divisão Desigual Do Trabalho Doméstico**. 2019. 45 p. Monografia (Conclusão do Curso de Direito) — Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Lajeado, 2019. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2887/6/2019PaulinaElyZart.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.